

Fertilizantes Heringer S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balanco patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Demonstração do valor adicionado	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da Fertilizantes Heringer S.A.

Paulínia – São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fertilizantes Heringer S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fertilizantes Heringer S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1.2. às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreram no prejuízo de R\$ 172.242 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, apresentou geração de caixa operacional negativa de R\$ 30.416 mil e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo em R\$ 480.367 mil. Conforme apresentado na Nota 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de compras de matérias-primas da Companhia é realizada com parte relacionada, conforme descrito na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado

Veja a Nota 11 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Em 31 de dezembro de 2025, o valor do ativo imobilizado da Companhia totalizava R\$ 569.856 mil. Identificamos indicadores de perda no valor recuperável (impairment) dos itens do ativo imobilizado da Companhia, conforme prescrito no Pronunciamento Técnico CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A Administração determinou o valor recuperável com base no valor justo, líquido das despesas de venda dos ativos imobilizados. Este cálculo foi efetuado por avaliadores externos contratados pela Companhia e demonstrou que o valor justo líquido das despesas de venda dos ativos imobilizados, é superior ao valor contábil do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2025, não incorrendo, portanto, em ajuste de impairment. Consideramos esse assunto significativo, uma vez que a avaliação realizada pela Administração da Companhia sobre o valor recuperável do ativo imobilizado envolve julgamentos e premissas que, se alterados, poderão resultar em valores significativamente diferentes dos apurados pela Companhia.	Para a avaliação do valor justo líquido das despesas de venda, realizamos os seguintes procedimentos de auditoria com o suporte de nossos especialistas em avaliação de ativos: – avaliação da competência, habilidade e objetividade dos avaliadores externos contratados pela Companhia; – verificação da adequada aplicação, pelos avaliadores externos, das metodologias e premissas definidas pela Administração da Companhia. Isso inclui, principalmente, a análise das premissas relacionadas ao valor de reposição e à vida útil econômica dos bens, para garantir que essas premissas foram adequadamente utilizadas no cálculo do valor justo dos ativos imobilizados por Unidade Geradora de Caixa (UGC). Também avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras contemplam todos os aspectos exigidos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia para determinar o valor recuperável do ativo imobilizado, assim como as divulgações realizadas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras, tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

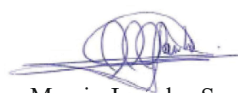
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 27 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027612/F



Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0

Fertilizantes Heringer S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	100.542	98.405	Fornecedores	14	573.597	563.870
Contas a receber de clientes	4	147.727	209.252	Fornecedores – partes relacionadas	9	776.910	1.798.570
Contas a receber – partes relacionadas	9	7.169	8.636	Fornecedores - RJ	16	28.398	101.539
Estoques	5	908.742	1.479.327	Empréstimos e financiamentos	15	67.946	24.574
Tributos a recuperar	6	74.940	194.888	Empréstimos e financiamentos - RJ	16	31.052	94.734
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.a	-	76.337	Salários e encargos sociais		17.339	34.253
Outras contas a receber	8	37.905	174.862	Salários e encargos sociais - RJ	16	91	91
Outras contas a receber – partes relacionadas	9	8.522	15.799			3.744	8.029
		<u>1.285.547</u>	<u>2.257.506</u>	Tributos a recolher			
				Passivo de contrato	21	151.730	94.005
				Passivo de arrendamento	13	4.344	484
				Outras contas a pagar	18	96.843	112.394
				Outras contas a pagar – partes relacionadas	9	13.920	10.722
						<u>1.765.914</u>	<u>2.843.265</u>
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Contas a receber de clientes	4	9.356	588	Fornecedores	14	3.285	5.163
Tributos a recuperar	6	146.871	150.636	Fornecedores - RJ	16	796.934	793.370
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.a	35.228	49.971	Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	9	107.742	-
Outros ativos	8	4.071	27.562	Empréstimos e financiamentos - RJ	16	444.321	400.371
Depósitos judiciais	17	22.752	18.595	Provisão para contingências	17	90.613	73.123
Outros Investimentos	10	41.711	-	Passivo de Arrendamento	13	7.307	4.799
Imobilizado	11	569.856	578.156	Imposto de renda e contribuição social diferido	7.b	252.026	143.029
Ativos de Direito de uso	13	11.208	7.352				
Intangível	12	22.078	25.530			<u>1.702.228</u>	<u>1.419.855</u>
		<u>863.131</u>	<u>858.390</u>	Total do passivo		<u>3.468.142</u>	<u>4.263.120</u>
				Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	19		
				Capital social	19a	585.518	585.518
				Ajuste de avaliação patrimonial	19b	35.520	36.004
				Prejuízos acumulados	19c	(1.940.502)	(1.768.746)
				Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>(1.319.464)</u>	<u>(1.147.224)</u>
Total do ativo		<u>2.148.678</u>	<u>3.115.896</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>2.148.678</u>	<u>3.115.896</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fertilizantes Heringer S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	21	4.094.770	4.608.584
Custos dos produtos vendidos	22	<u>(4.088.575)</u>	<u>(4.476.709)</u>
Lucro bruto		<u>6.195</u>	<u>131.875</u>
Despesas e receitas operacionais			
Com vendas	22	(152.505)	(169.034)
Perdas incorridas com créditos de liquidação duvidosa	22	(10.965)	(19.965)
Gerais e administrativas	22	(126.156)	(197.348)
Outras receitas operacionais, líquidas	23	<u>16.004</u>	<u>1.633</u>
		<u>(273.622)</u>	<u>(384.714)</u>
Prejuízo antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>(267.427)</u>	<u>(252.839)</u>
Despesas e receitas financeiras			
Variação cambial, líquida	24	410.734	(634.651)
Despesas financeiras, líquidas	25	<u>(206.554)</u>	<u>(135.251)</u>
		<u>204.180</u>	<u>(769.902)</u>
Prejuízo antes dos impostos		<u>(63.247)</u>	<u>(1.022.741)</u>
Imposto de renda e contribuição social	7.c	<u>(108.995)</u>	<u>(132.000)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(172.242)</u>	<u>(1.154.741)</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)		<u>53.857</u>	<u>53.857</u>
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o período (expresso em R\$ por ação)	20	<u>(3,1981)</u>	<u>(21,4409)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fertilizantes Heringer S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(172.242)	(1.154.741)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(172.242)</u>	<u>(1.154.741)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fertilizantes Heringer S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2024	585.518	36.609	(614.610)	7.517
Prejuízo do exercício	-	-	(1.154.741)	(1.154.741)
Realização de custo atribuído, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(605)	605	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	585.518	36.004	(1.768.746)	(1.147.224)
Prejuízo do exercício	-	-	(172.242)	(172.242)
Realização de custo atribuído, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(484)	484	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	585.518	35.520	(1.940.504)	(1.319.464)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fertilizantes Heringer S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(63.247)	(1.022.740)
Receitas (despesas) que não afetam o caixa:			
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	4	11.538	8.137
Ajuste a valor presente – contas a receber	4	-	(9.158)
Provisão (reversão) para perdas e ajuste a valor presente nos estoques	5	(6.616)	(11.076)
Depreciação e amortização		91.355	62.123
Impairment – ativo imobilizado	11	(48.114)	-
Ganho na alienação do ativo imobilizado	11 e 12	19.281	16.717
Provisão perdas créditos tributários – ICMS	6	(12.496)	-
Provisão perdas créditos tributários – Pis / Cofins	6	(231)	-
Provisão para férias, 13º salário e participação nos resultados		(21.938)	(827)
Provisão (reversão) para contingências, líquidas	17	17.490	5.378
Provisão de juros sobre empréstimos	15	1.126	4.083
Juros e ajuste a valor justo não realizado do passivo em recuperação judicial	16	245.997	201.583
Variação cambial sobre passivo em recuperação judicial	16	(223.806)	242.433
Juros e variações cambiais não realizados de importações em andamento, contas a pagar, contas a receber e de empréstimos e financiamentos		(281.962)	226.369
		(281.643)	(276.978)
Redução (aumento) nas contas de ativos			
Contas a receber de clientes	4	975	322.479
Estoques	5	577.201	(397.536)
Tributos a recuperar	6	227.520	(25.151)
Outros ativos	8	167.725	128.809
Depósitos judiciais		(4.156)	947
Aumento (redução) nas contas de passivos			
Fornecedores	14	(731.849)	646.798
Fornecedores - em recuperação judicial	16	36.992	(68.514)
Salários e encargos sociais		5.024	(446)
Tributos a recolher		(4.285)	5.802
Adiantamentos de clientes		57.724	(56.693)
Passivo de Arrendamento	13	6.368	-
Outros passivos	18	(22.369)	(44.716)
Variações nas contas de ativos e passivos		316.870	511.752
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	15	-	(3.275)
Pagamento de Fornecedores em recuperação judicial	16	(75.663)	(-)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(30.416)	231.499
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de Bens de Direito de uso	13	(13.570)	-
Aquisição de imobilizado e intangível	11 e 12	(41.057)	(151.219)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos		(54.627)	(151.219)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Contratação de empréstimos e financiamentos	15	163.568	133.534
Contratação de empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	9	107.742	-
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	15	(121.322)	(135.464)
Pagamento empréstimos – em recuperação judicial	16	(62.808)	(20.877)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamentos		87.180	(22.807)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	3	2.137	57.473
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3	98.405	40.932
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3	100.542	98.405

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fertilizantes Heringer S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	4.221.518	4.755.122
Outras receitas	9.864	970
Receitas relativas à construção de ativos próprios	11.674	93.181
Constituição, reversão e recuperação de créditos de liquidação duvidosa	(11.399)	(18.785)
	4.231.657	4.830.488
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(3.949.695)	(4.639.920)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(175.984)	(357.679)
Perda/recuperação de valores ativos	5.616	12.043
Outras	-	(4.179)
	(4.120.064)	(4.989.735)
Valor adicionado bruto	111.593	(159.247)
Depreciação e amortização	(91.355)	(62.123)
Valor adicionado líquido produzido	20.239	(221.370)
Receitas financeiras e variação cambial	881.691	187.307
Outras	1.774	(78)
Valor adicionado recebido em transferência	883.465	187.229
Valor adicionado total a distribuir	903.704	(34.141)
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	127.317	120.348
Benefícios	40.696	78.736
FGTS	11.543	8.055
	179.556	207.139
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	149.500	114.039
Estaduais	91.897	(159.429)
Municipais	762	2.050
	242.159	(43.340)
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros / variação cambial	638.006	938.568
Aluguéis	9.967	9.024
Outras	6.258	9.209
	654.231	956.801
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do exercício	(172.242)	(1.154.741)
Total do valor distribuído	903.703	(34.141)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Fertilizantes Heringer S.A. (“Heringer” ou “Companhia”), com sede no município de Paulínia no estado de São Paulo, tem como atividade preponderante a industrialização e a comercialização de fertilizantes, possuindo no total 15 unidades de armazenamento, mistura e distribuição, nas regiões Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Sul do Brasil.

Estrutura operacional e hibernação das unidades

Ao longo de 2025, a Companhia operou com 8 unidades de armazenamento, mistura e distribuição (Viana/ES, Manhuaçu, e Três Corações/MG, Candeias/BA, Paulínia1 e Paulínia2/SP, Paranaguá/PR e Rio Grande/RS), enquanto permaneceu com 7 unidades hibernadas (Catalão/GO, Rio Verde/GO; Dourados/MS Porto Alegre/RS, Iguatama/MG, Ourinhos/SP e Rosário do Catete/SE).

No dia 05 de dezembro de 2025, a Companhia decidiu iniciar processos de hibernação em algumas de suas plantas ativas, sendo elas: Paulínia1 e Paulínia2/SP e Rio Grande/RS. A hibernação está sendo realizada de forma gradual, com a redução progressiva de suas operações. Em 31 de dezembro de 2025, estas unidades ainda apresentaram realização de atividades de industrialização e comercialização de fertilizantes.

Ressalta-se que no estado do Paraná, além de uma unidade de mistura, a Companhia possui também uma unidade de produção de ácido sulfúrico e uma unidade de produção de superfosfato simples (“SSP”).

A hibernação temporária de unidades industriais constitui parte integrante da estratégia da Companhia de concentrar suas operações em plantas com maior eficiência logística, melhor proximidade dos mercados consumidores e maior potencial de geração de margens em produtos de maior valor agregado

Alterações no ambiente regulatório e impactos estratégicos

Em 2022, foram implementadas alterações relevantes no arcabouço do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aplicável às atividades da Companhia. Com base em análises internas da Administração e em avaliações externas realizadas no contexto do processo de planejamento de negócios ao longo do exercício de 2025, foi identificado que tais alterações afetaram adversamente a rentabilidade de determinadas operações, especialmente aquelas localizadas em regiões com menor eficiência logística ou maior sensibilidade a custos tributários.

Nesse contexto, e em conjunto com outras condições de mercado, a Administração decidiu implementar medidas de readequação da base operacional, incluindo a suspensão temporária (“hibernação”) das atividades de determinadas unidades industriais ao longo de 2025. Essas medidas foram adotadas como parte de uma estratégia de otimização da estrutura produtiva, com foco na redução de custos estruturais, na preservação de margens operacionais e no alinhamento da Companhia ao seu planejamento estratégico de médio e longo prazo.

Reorganização societária e controle acionário da Heringer

Em 28 de março de 2022, foi concluída a operação de aquisição do controle da Companhia pela Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda. (“Eurochem”), por meio da aquisição da totalidade das quotas da Heringer Participações Ltda., então controladora direta da Companhia.

Em 27 de junho de 2023, a Eurochem realizou leilão de oferta pública para aquisição de ações ordinárias adicionais da Companhia, passando a deter, direta e indiretamente, aproximadamente 79,98% do capital social total da Fertilizantes Heringer S.A. Em 31 de dezembro de 2025, aproximadamente 10,02% das ações da Companhia permaneciam em circulação no mercado (*free float*).

Em 03 de junho de 2025, a Companhia recebeu comunicação da B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão (“B3”) informando que, considerando o prazo para enquadramento da Companhia ao percentual mínimo de ações em circulação no mercado (“*free float*”) e o cenário macroeconômico, a Diretoria Executiva da B3 aprovou a extensão automática de prazo para o enquadramento do *free float* da Companhia, conforme comunicado aos acionistas e mercado em geral realizado na mesma data.

Referida autorização foi concedida em caráter automático e extraordinário pela B3 e, dessa forma, o novo prazo para que a Companhia reestabeleça o *free float*, em conformidade com o artigo 10 do Regulamento do Novo Mercado da B3, passa a ser até 31 de dezembro de 2026.

As ações ordinárias de emissão da Companhia são negociadas no segmento especial da B3, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação FHER3.

1.1 Recuperação judicial

Em 4 de fevereiro de 2019, a Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial. O plano de recuperação judicial foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 3 de dezembro de 2019 e homologado pelo juízo competente em 14 de fevereiro de 2020.

Em 22 de março de 2022, foi proferida sentença declarando encerrada a recuperação judicial da Companhia, considerando a evolução de sua capacidade operacional e financeira. Após a interposição de recursos, todos os quais tiveram seus provimentos negados ou foram desistidos, o trânsito em julgado foi confirmado em agosto de 2025, com o consequente arquivamento do processo.

1.2 Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou prejuízo líquido no montante de R\$ 172.242 (prejuízo líquido de R\$ 1.154.741 em 31 de dezembro de 2024), capital circulante líquido negativo de R\$ 480.367 (R\$ 585.758 negativos em 31 de dezembro de 2024) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 1.319.464 (R\$ 1.147.224 negativo em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, a Companhia apresentou fluxo de caixa líquido das atividades operacionais negativo de R\$ 30.416 no exercício de 2025 (fluxo positivo de R\$ 231.499 em 2024).

Esses resultados de 2025, aliados à necessidade futura de readequação da base operacional, à redução dos volumes de operação, à existência de capacidade ociosa refletida, inclusive, na

hibernação de determinadas unidades produtivas, às alterações no ambiente regulatório e tributário aplicável às atividades da Companhia, bem como à dependência de suporte financeiro do controlador para a manutenção de suas operações, constituem eventos e condições que, em conjunto, indicam a existência de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Nesse contexto de incerteza, e buscando potenciais sinergias oriundas da Companhia integrar grupo econômico global produtor de fertilizantes, que considera o mercado brasileiro estratégico para seu planejamento e objetivos de longo prazo, medidas operacionais, comerciais e financeiras vem sendo implementadas pela Administração da Companhia alinhadas com o planejamento estratégico global do grupo controlador visando a reversão desse cenário local adverso. Enquanto essas medidas não são consolidadas, o grupo controlador vem provendo a capacidade de compra e suprimento de matérias primas relevantes, e os recursos financeiros para o pagamento de seus compromissos de curto prazo, embora não exista a obrigação formal de aporte de recursos.

O julgamento da utilização do pressuposto de continuidade operacional pela Administração na preparação das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025 considerou, além do alinhamento estratégico com o grupo controlador, as seguintes principais premissas operacionais e financeiras para o próximo exercício a findar em 31 de dezembro de 2026:

- (i) manutenção de nível de liquidez considerados adequado visando cumprir as necessidades de capital de giro da Companhia;
- (ii) implementação no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e sua recorrência no exercício a findar em 31 de dezembro de 2026 de medidas de reestruturação operacional e financeira, incluindo a hibernação temporária de determinadas unidades industriais com foco na otimização de custos e na concentração das operações em plantas com maior eficiência logística e econômica, e por consequência redução nos estoques em níveis adequados para as suas operações;
- (iii) maior racionalidade e equilíbrio nas despesas gerais e administrativas da Companhia;
- (iv) maior esforço comercial em segmentos considerados de maior valor agregado.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que, caso as ações planejadas sejam concluídas, os recursos disponíveis irão garantir a continuidade aos seus negócios. Adicionalmente, os acionistas da Companhia compartilham a visão da Administração na capacidade da Companhia e na continuidade do negócio. Com isso, a Administração e Acionistas acreditam que, as ações planejadas, apesar das incertezas de sua concretização, uma vez que algumas ações não estão sob seu controle, são suficientes para concluir que a Companhia possui condições de dar continuidade a suas operações e cumprir com as suas obrigações. Assim, estas informações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as

normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação das informações, foi aprovada e autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de março de 2026.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças, estão apresentadas nas notas 2.7 e 2.8.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A apresentação da DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável a companhias abertas. A IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

2.1 Políticas contábeis materiais

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS/CPCs, e que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. As áreas que necessitam de um maior nível de julgamento e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são: (i) contingências; (ii) principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso dos ativos imobilizado; (iii) valor justo líquido de despesa de venda para os ativos imobilizado; (iv) recuperabilidade de tributos diferidos e impostos a recuperar; (v) provisão para créditos de liquidação duvidosa; (vi) revisão da vida útil do imobilizado; (vii) provisão para perdas nos estoques.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia, bem como as estimativas e premissas aplicadas aos itens mencionados acima, estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

2.2 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

a. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria de mensuração:

Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

<u>Ativos, conforme balanço patrimonial</u>	Classificação
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Custo amortizado
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	Custo amortizado
Depósitos judiciais	Custo amortizado

b. Reconhecimento inicial e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

(i) Custo amortizado

Os ativos, cujos fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa de ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”.

c. Baixa de ativos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

2.2.1 Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado, a metodologia de impairment aplicada dependente de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes a Companhia aplica abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Quando em seu reconhecimento inicial o passivo financeiro for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou designado como tal será mensurado ao valor justo (VJR) e seu resultado líquido, incluindo juros, reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado pelo método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

A Companhia realiza transações por meio das quais transfere ativos reconhecidos em sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos transferidos não são desreconhecidos.

2.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.5 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto.

2.6 Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias e a premissa de continuidade das operações.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

a. Contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota explicativa 17. As provisões para contingência são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados e escritórios jurídicos externos.

b. Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso dos ativos imobilizado

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos. Na data de encerramento do exercício em 31 de dezembro, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados, oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota explicativa 11.

c. Valor justo líquido de despesa de venda para os ativos imobilizado

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do

ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o valor recuperável dos ativos imobilizados foi determinado pelo valor justo líquido de despesa de vendas. A administração da Companhia contratou empresa especializada para auxiliá-la na determinação do referido valor justo líquido de despesa de venda. O valor de realização foi determinado por meio da aplicação de procedimentos de cotação dos valores de mercados de itens semelhantes de cada grupo de ativos imobilizado que compõem o saldo testado, conforme metodologia aplicável, e comparados com o valor contábil de cada classe do ativo imobilizado por Unidade Geradora de Caixa (“UGC”).

d. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos incluem valores relativos à prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores.

2.7 Novas normas que entraram em vigor em 2025

O IASB e o IFRS Interpretations Committee (“IFRIC”) emitiram determinadas normas e alterações ou interpretações de normas existentes que entraram em vigor e que foram por nós aplicadas. Em 2025, adotamos as seguintes normas, alterações e melhorias anuais, sem impacto material em nossas demonstrações financeiras consolidadas:

- (i) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1);
- (ii) Alterações do CPC 02 (R2) / IAS 21: Ausência de conversibilidade.

2.8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras por não serem obrigatórias.

(i) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (aplicável para período anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026)

Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu emendas direcionadas ao IFRS 9 e IFRS 7 para responder a questões recentes que surgem na prática e para incluir novos requisitos não apenas para instituições financeiras, mas também para entidades corporativas. Essas emendas:

- esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de dinheiro;
- esclarecem e adicionam mais orientações para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de pagamentos exclusivos de principal e juros;
- adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governança); e
- atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(ii) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (aplicável para período anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027)

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva ao período comparativo que será encerrado em 2026. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais, que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos decorrentes do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

(iii) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações ao IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027): para especificar os procedimentos a serem utilizados na tradução de valores de uma moeda funcional de economia não hiperinflacionária para uma moeda de apresentação de economia hiperinflacionária;
- Melhorias Anuais às normas contábeis IFRS – Volume 11: consistem em alterações que visam esclarecer redações de algumas normas (IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7) ou corrigir omissões, conflitos ou consequências não intencionais entre essas normas.

3 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, este último considerado pela Companhia como uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que estão representados por aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósito Bancário) e operações compromissadas (operações com compromisso de recompra pela instituição financeira), os quais são resgatáveis, sem penalizações, em prazo inferior a 90 dias da data das contratações.

	Taxa média	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Caixa e recursos em conta corrente		300	2.222
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (i)	89% do CDI	100.242	96.183
		100.542	98.405

Essas aplicações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata. A Companhia manteve a mesma estratégia de caixa, com maior concentração em investimento nas aplicações financeiras no período findo em 31 de dezembro de 2025.

4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. Para as contas a receber de clientes que a Companhia procede com descontos de duplicatas, os mesmos, são apresentados a valor justo, uma vez que os montantes recebidos são líquidos dos custos financeiros de cada operação.

A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é estabelecida a partir das médias históricas das perdas registradas pela Companhia (perdas esperadas) e, no mínimo trimestralmente são analisados se existem evidências objetivas de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos por seus clientes (perdas incorridas). A avaliação da existência de evidências é baseada na análise individualizada dos clientes em atraso, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados e empresas especializadas em cobranças.

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Contas a receber no país	214.625	255.447
Contas a receber no exterior	1.990	2.387
	216.615	257.834
Perda estimada e incorrida com créditos de liquidação duvidosa	(59.532)	(47.994)
	157.083	209.840

Circulante	147.727	209.252
Não circulante	9.356	588
	157.083	209.840

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui saldo bruto das contas a receber no montante de R\$ 216.615 (R\$ 257.834 em 31 de dezembro de 2024), cuja análise de vencimentos está apresentada abaixo:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
A Vencer	126.048	176.672
Até 90 dias	15.739	28.379
De 90 a 180 dias	14.034	6.189
Acima de 180 dias	60.794	46.594
	216.615	257.834

Em 31 de dezembro de 2025, as contas a receber de clientes no valor de R\$ 27.057 (R\$ 28.827 em 31 de dezembro de 2024) encontram-se vencidas e não provisionados, pois referem-se a clientes que possuem garantias reais concedidas contratualmente. A Companhia vem buscando executar suas garantias reais, entretanto, esse processo é bastante moroso visto que depende do andamento dos processos no âmbito judicial.

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Até 90 dias	10.936	9.581
De 90 a 180 dias	-	547
Acima de 180 dias	16.121	18.699
	27.057	28.827

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui perda estimada e ou incorrida com créditos de liquidação duvidosa (“*impairment*”) no montante de R\$ 59.532 (R\$ 47.994 em 31 de dezembro de 2024), cuja análise de vencimentos está apresentada abaixo:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
A Vencer (i)	260	8.940
Até 90 dias	348	3.318
Acima de 180 dias	58.924	35.736
	59.532	47.994

- (i) O saldo a vencer provisionado como perda no período findo em 31 de dezembro de 2025, refere-se a valores de contas a receber que superam os valores cobertos por seguros de crédito de cliente com pedido de recuperação judicial.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 31 de dezembro de 2024, as movimentações da provisão para perda estimada e ou incorrida com créditos de liquidação duvidosa foram como segue:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Saldo inicial	47.994	39.857
Perdas estimadas no período	12.791	18.553
Reversão de perdas estimadas	(1.253)	(10.416)
Saldo final	<u>59.532</u>	<u>47.994</u>

5 Estoques

Os estoques são avaliados pelo menos valor entre o custo ou valor líquido realizável. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: matérias-primas e embalagens, custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração - compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas, sempre considerando a capacidade operacional normal. Considerando as características operacionais da Companhia, cuja produção ocorre predominantemente em função de demandas específicas de clientes, não há formação relevante de estoques de produtos acabados ao final do exercício, uma vez que os itens produzidos são, em geral, destinados diretamente à entrega a terceiros.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Matérias-primas e embalagens	922.907	1.393.992
Importações em andamento	16.574	118.061
Almoxarifado	23.320	27.949
Provisão de obsolescência / marcação a mercado preços de estoques (i)	(54.059)	(60.675)
	<u>908.742</u>	<u>1.479.327</u>

- (i) Refere-se substancialmente a registro de marcação a mercado dos preços dos itens em estoques no montante de (R\$ 23.684) em 2025 e (R\$ 42.711) em 2024, considerando a realização a menor das margens de vendas e de obsolescência em (R\$ 19.348) em 2025 e (R\$ 17.964) em 2024.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 31 de dezembro de 2024, as movimentações da provisão de obsolescência e marcação a mercado dos preços dos estoques foram como segue:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Saldo inicial	60.675	69.656
Adições	12.411	2.095
Reversões	(19.027)	(11.076)
Saldo final	<u>54.059</u>	<u>60.675</u>

6 Tributos a recuperar

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (i)	80.573	197.588
Programa de Integração Social - PIS (i)	22.251	46.412
Créditos tributários adquiridos (iii)	46.778	45.011
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS (ii)	65.867	42.496
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS exclusão base (i)	14.252	13.567
IRRF sobre aplicações financeiras	5.730	1.825
Outros	231	-
Provisão para perda de créditos tributários – ICMS (ii)	(12.996)	(500)
PIS e COFINS	(875)	(875)
	221.811	345.524
Circulante	74.940	194.888
Não circulante	146.871	150.636
	221.811	345.524

- (i) O saldo do PIS e COFINS a recuperar em 31 de dezembro de 2025 é o montante de R\$ 117.076 (R\$ 257.567 em dezembro 2024) decorrente da apropriação de créditos fiscais, quando da aquisição de insumos, em monta superior aos débitos destas mesmas contribuições federais, sobretudo em função de que a maior parte dos produtos fabricados e vendidos pela Companhia ser tributada à alíquota 0 (zero) pelo PIS e pela COFINS, nos termos da legislação de referência. A Companhia, por meio de formulários específicos, solicita periodicamente que estes créditos sejam ressarcidos e/ou compensados com débitos tributários federais também administrados pela Receita Federal do Brasil (“RFB”). Os saldos estão sendo solicitados em sua totalidade não havendo deságio sobre o saldo solicitado e restituído. Em 2025 foram restituídos R\$202.892, sendo R\$126.461 de saldo do principal e R\$76.431 de efeitos de atualização monetária.
- (ii) Os créditos de Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) são decorrentes de compras de matérias-primas, assim como aquisições de serviços de transportes, e estão disponíveis para compensação com impostos estaduais a serem recolhidos em decorrência das vendas da Companhia. No quarto trimestre do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia procedeu a complemento de provisão para perda de créditos tributários no montante de R\$12.497 por entender que a expectativa de utilização é considerada baixa, procedentes principalmente da planta de Rio Grande - RS.
- (iii) Em fevereiro de 2003, a Companhia adquiriu créditos tributários decorrentes de indébito tributário federal. Para a operação foi firmado contrato de cessão dos créditos, objeto de averbação no Registro de Títulos e Documentos e, também, foi solicitada e deferida pela Vara Federal a substituição do polo ativo, decisão esta que, quanto a este ponto, também já transitou em julgado. Em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 46.778 (R\$ 45.011 em 31 de dezembro de 2024) refere-se à atualização monetária dos créditos tributários pelo IPCA-E, o qual a Companhia aguarda a requisição de pagamento junto à União Federal. Esse saldo encontra-se registrado contabilmente como ativo não circulante.

7 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são também reconhecidos no patrimônio líquido.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dados a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

O Imposto de renda e a Contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e bases negativas da Contribuição Social, na extensão que sua realização seja provável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a. Composição do imposto de renda e contribuição social a recuperar

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Imposto de renda a recuperar	18.155	99.350
Imposto de renda a recuperar - SELIC	7.791	7.282
Contribuição social a recuperar	6.545	17.117
Contribuição social a recuperar - SELIC	2.737	2.559
	35.228	126.308
Circulante	-	76.337
Não circulante	35.228	49.971
	35.228	126.308

Os saldos decorrem de antecipações realizadas para pagamento de imposto de renda e contribuição social, ao qual a Companhia não resultou lucro tributável ao final dos exercícios correntes.

Esses saldos serão recuperados parte nas operações da Companhia e parte por meio de pedidos de restituição, no valor total corrigido pela Selic até 31 de dezembro de 2025 de R\$ 35.228 (R\$ 126.308 em 31 de dezembro de 2024).

Em 4 de agosto de 2021, a Companhia ingressou com Mandado de Segurança buscando assegurar o direito de não tributar, pelo IRPJ e pela CSLL, os valores reconhecidos como receita a título de atualização monetária (SELIC) incidentes sobre a recuperação de tributos, ao qual em 31 de dezembro de 2025 o montante devidamente atualizado monetariamente corresponde a R\$ 10.528 (R\$ 9.841 em 31 de dezembro de 2024). Tal montante está classificado no ativo não circulante. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia recebeu o montante de R\$93.654, sendo R\$48.780 de principal e R\$44.874 de atualização monetária e SELIC.

b. Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos estavam compostos como segue:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Ativo:		
Diferenças temporárias:		
Ajuste a valor justo - Instrumentos financeiros ativos	5.733	5.733
Provisão para comissões sobre vendas	1.815	1.438
Provisão para contingências	28.241	26.650
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.446	4.571
Ajuste a valor presente	6.399	6.393
Provisão para perda sobre estoques, obsolescência e ajuste ao valor de mercado	22.791	20.630
Provisão para perdas na realização de bens destinados à venda	251	251
Provisão impairment – CPC01	(1.024)	5.005
Provisão para participação nos lucros e resultados – PLR	3.233	2.921
Provisão para créditos tributários	467	467
Provisão para baixa de créditos	8.198	8.198
Provisão rateio de importação	4.578	4.578
Ajuste da receita por permuta/ cut-off de receita (iv)	305.435	280.020
Variação cambial passiva a realizar (iii)	163.925	188.717
Outras diferenças temporárias	1.010	497
	559.498	556.069
Passivo:		
Ajuste a valor justo – instrumento financeiro	(7.190)	-
Ajuste a valor justo (i)	(251.403)	(315.034)
Ganhos sobre alienação de imobilizado	(3.335)	(73)
Imobilizado - custo atribuído (ii)	(22.517)	(24.699)
Ajuste do custo por permuta/ cut-off de receita (iv)	(305.123)	(279.708)
Variação cambial ativa a realizar (iii)	(191.368)	(74.392)
Outras diferenças temporárias	(36.617)	(5.192)
	(817.553)	(699.098)
Líquido	(258.055)	(143.029)

- (i) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o ajuste a valor justo decorrente da reestruturação da dívida conforme descrito na Nota 16.

- (ii) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da contabilização do seu valor justo na adoção inicial do CPC 27 (IAS 16).
- (iii) Para os exercícios 2025 e 2024, a Companhia adotou o regime de caixa na apuração para variações cambiais, considerando principalmente que, parte do passivo financeiro registrado em outra moeda, corresponde a saldos inscritos na recuperação judicial, ao qual não está previsto desembolsos relevantes no curto prazo, conforme Plano de Recuperação Judicial da Companhia.
- (iv) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o ajuste da receita bruta em contrapartida o ajuste no CPV (ajuste do custo do produto vendido), em decorrência das operações não concluídas de permutas de matérias-primas e cut-off ocorridas no período.

c. Conciliação da receita (despesa) de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(63.247)	(1.022.741)
Alíquota nominal dos tributos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	21.504	347.732
Efeitos das exclusões permanentes no cálculo dos tributos:		
Variação monetária sobre indêbitos tributários (i)	32.473	2.422
Benefícios fiscais e subvenções	304	-
Valor dos impostos diferidos não constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	(163.164)	(482.029)
Outras	(112)	(125)
	(108.995)	(132.000)
Imposto de renda e contribuição social no resultado:		
Diferido	(108.995)	(132.000)
	(108.995)	(132.000)

- (i) Valores referentes atualização monetária e SELIC reconhecidos apenas no recebimento dos indêbitos tributários (vide Nota 6).

d. Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2024	583.455	(594.483)	(11.028)
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos	-	(219)	(219)
Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias	313.907	(104.396)	209.511
Efeito tributário sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado no exercício (i)	(341.293)	-	(341.293)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	556.069	(699.098)	(143.029)
Saldo em 1º de janeiro de 2025	556.069	(699.098)	(143.029)
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos	-	2.182	2.182
Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias	3.429	(114.608)	(111.179)
	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	559.498	(811.524)	(252.026)

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios.

e. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios.

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Valor	Efeito tributário	Valor	Efeito tributário
Alíquota nominal dos tributos		34%		34%
Prejuízo fiscais acumulados	2.437.292	828.679	2.198.006	747.322
	2.437.292	828.679	2.198.006	747.322

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui o montante de R\$ 2.437.292 (R\$ 2.198.006 em 31 de dezembro de 2024) de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, sem prazo de vencimento mas sem registro contábil.

8 Outros ativos

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Adiantamento a fornecedores (matéria-prima)	13.479	117.810
Estoque para industrialização em nosso poder	-	10.520
Adiantamento extraconcursal (ii)	-	23.129
Adiantamento a fornecedores (outros)	23.819	22.678
Créditos com instituições financeiras (i)	-	11.084
Bens destinados a venda	4.071	4.302
Outros	607	12.901
	41.976	202.424
Circulante	37.904	174.862
Não circulante	4.072	27.562
	41.976	202.424

- (i) Em virtude da Recuperação Judicial da Companhia, determinadas instituições financeiras retiveram saldos que a Companhia possuía em carteira de cobranças com essas instituições financeiras e que foram dadas em garantia em 31 de dezembro de 2024. Estes valores referem-se a contratos de capital de giro que estavam inscritos na composição da dívida em Recuperação Judicial, e que foram liquidados em dezembro de 2025 liberando os créditos em carteira.
- (ii) Refere-se em 31 de dezembro de 2024 a registro de valores a serem compensados de acordo com a liquidação de empréstimos junto a instituição financeira (vide Nota 15), a qual a Companhia é coobrigada a realizar os pagamentos sobre eventuais inadimplências de contratos firmados entre a instituição financeira e Companhia, anteriormente a realização da operação de alienação do controle acionário, conforme consta na Nota 1. Saldo revertido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

9 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025, a Fertilizantes Heringer S.A. era controlada pela Heringer Participações Ltda., que detém 51,48% das ações da Companhia; a Eurochem Comércio de

Produtos Químicos Ltda. que detém 28,50% das ações, a OCP International Coöperatieve U.A. (OCP) detém 10% das ações, e os 10,02% remanescentes das ações são detidos por diversos investidores, não havendo nenhum deles com participação superior a 5%.

Conforme Nota 1, com fechamento da operação, a Heringer Participações Ltda. foi adquirida pela Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda. em 28 de março de 2022, transferindo os 51,48% das ações da Companhia, assim como, em 27 de junho de 2023, a mesma realizou leilão da oferta pública e, como resultado do leilão, a ofertante adquiriu 15.345.407 ações, representativas de 28,50% do total de ações ordinárias de emissão da Companhia.

a. Transações e saldos

As transações realizadas entre a Companhia e partes relacionadas e suas controladas referem-se a operações mercantis e outras operações que estão resumidas a seguir:

Ativo	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Contas a receber		
Fertilizantes Tocantins S.A. (i)	5.591	6.502
OCP S.A.	398	668
Corrigo Fertilizers FZ-LLC	516	542
Eurochem Trading Middle East DMCC	363	458
JFC V-Jorf Fert. Company S.A.	117	220
SAFTCO S.A.	139	196
Eurochem Trading GMBH	24	29
OCP Fertilizantes S.A.	21	21
	7.169	8.636
Outros ativos		
Salitre Fertilizantes LTDA (i)	729	10.143
Eurochem Comercio de Produtos Químicos LTDA (i)	3.570	3.571
Fertilizantes Tocantins S.A. (i)	2.825	1.627
Heringer Participações LTDA (i)	866	458
Eurochem Trading Middle East DMCC	531	-
	8.521	15.799

- (i) Refere-se a redistribuição de gastos com colaboradores do grupo Eurochem no Brasil, ao qual conforme contrato de compartilhamento de despesas com folha de pagamento, e realizado o rateio e ajustado entre as Companhias com acertos financeiros.

Passivo Circulante	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Fornecedores		
Eurochem Trading Middle East DMCC (ii)	781	133.078
Corrigo Fertilizers (ii)	593.608	1.318.954
OCP S.A. (ii)	156.135	278.847
Eurochem Trading GMBH (ii)	3.611	1.414
Fertilizantes Tocantins S.A.(ii)	8.981	14.632
Salitre Fertilizantes LTDA (ii)	13.718	47.672
Eurochem Group AG (ii)	-	3.378
Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA	-	594
JFC V-Jorf Fert. Company S.A.	76	1
	776.910	1.798.570
Fornecedores RJ		
Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA	-	3.758
OCP	-	2.471
SAFTCO	-	456
	-	6.685
Empréstimos - RJ		
Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA	-	21.477
	-	21.477
Outros passivos		
Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA (ii)	2.450	4.054
Fertilizantes Tocantins S.A. (ii)	11.433	4.458
Salitre Fertilizantes LTDA (ii)	137	2.209
	14.020	10.721
Passivo não circulante		
Fornecedores - RJ		
Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA	27.183	21.697
OCP	10.328	14.263
SAFTCO	1.883	2.631
	39.394	38.591
Empréstimos - RJ		
Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA	119.916	78.097
	119.916	78.097
Empréstimos - Mútuo		
Taxa de juros contratual	Data de Vencimento	Taxa de juros efetiva
SOFR+8% a.a.	18/12/2030	SOFR+ 8% a.a.
Eurochem Group AG		
	107.742	-
	107.742	-

- (ii) Fornecedores partes relacionadas a pagar, referente aos valores advindos das compras de fertilizantes que são utilizados no processo industrial da Companhia.

Resultado	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Receita bruta		
Fertilizantes Tocantins S.A. (iii)	40.670	146.168
Fertilizantes Tocantins S.A. (iv)	23.473	271.763
	64.143	417.931
Custo sobre permuta e industrialização		
Fertilizantes Tocantins S.A. (v)	(23.473)	(271.763)
	(23.473)	(271.763)
Outras receitas operacionais		
OCP Fertilizantes S.A.	-	5
Fertilizantes Tocantins S.A.	11	5
Heringer Participações LTDA	11	14
	22	24
Outras (despesas) receitas		
Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA	-	(1.949)
Fertilizantes Tocantins S.A.	(26.653)	(29.285)
Heringer Participações LTDA	381	118
Salitre Fertilizantes LTDA	4.554	3.266
	(21.718)	(27.850)
Despesas financeiras		
Juros recuperação judicial		
Eurochem Comercio de Produtos Químicos LTDA	(10.407)	(4.016)
OCP	(764)	(1.742)
SAFTCO	(141)	(321)
	(11.312)	(6.079)
Compras		
Corrigo fertilizers FZ-LLC	1.026.206	1.311.463
Eurochem Trading Middle East DMCC	-	196.210
Fertilizantes Tocantins S.A.	100.776	312.232
Salitre Fertilizantes LTDA	249.569	44.979
OCP Fertilizantes LTDA	-	790
	1.376.551	1.865.674

- (iii) Receita com vendas de fertilizantes realizada com a parte relacionada Fertilizantes Tocantins S.A.
- (iv) Referem-se substancialmente a receita de industrialização e permuta que a Companhia realiza com a Fertilizantes Tocantins S.A., saldo este ajustado e eliminado no resultado.
- (v) Referem-se a custos relacionados à industrialização por encomenda e permuta que a Companhia realiza com a Fertilizantes Tocantins S.A., saldo este ajustado e eliminado no resultado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou transações de compra de matéria-prima com partes relacionadas, das subsidiárias da controladora Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda., nos montantes destacados acima, em conformidade com Contrato de Compra e Venda de Matérias-Primas e seus Aditivos, informado ao mercado por meio de Comunicado ao Mercado divulgado em 6 de maio de 2022 e atualizado em 16 de dezembro de 2022 e 06 de dezembro de 2024

b. Remuneração do pessoal chave da Administração

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o total da remuneração do pessoal chave da Administração foi como segue:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Salários e encargos	2.928	7.139
Honorários dos administradores	1.404	682
Participação nos lucros	1	299
Rescisão de contrato	2.142	946
Outros	1.350	554
	7.825	9.620

10 Outros investimentos (FIDC)

A Companhia mantém investimento no FIDC - Eurochem Fiagro Fundo de investimento, estruturado com o objetivo de antecipar os recebíveis originados das operações comerciais da própria Companhia, que atua simultaneamente como cedente dos direitos creditórios e detentora das cotas subordinadas do fundo.

Os direitos creditórios cedidos ao fundo referem-se, majoritariamente, a duplicatas mercantis oriundas da atividade operacional da Companhia. O fundo é composto por duas classes de cotas: cotas seniores, detidas por investidores externos e com prioridade no recebimento, e cotas subordinadas, integralmente detidas pela Companhia, que absorvem primeiramente eventuais perdas na carteira de recebíveis, atuando como mecanismo de subordinação.

A contabilização é feita ao valor justo por meio do resultado, conforme prevê o CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros, com base nas cotas divulgadas pelo administrador do fundo. A Companhia acompanha periodicamente a composição da carteira, o índice de subordinação e a performance dos ativos cedidos ao fundo.

Abaixo composição dos Investimentos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Fundo	Tipo de cota	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
FIDC - Eurochem Fiagro Fundo de investimento	Subordinada	41.711	-
		41.711	-

11 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações e máquinas e equipamentos na data de transição para IFRS/CPCs. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O referido custo inclui o

custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas apresentadas abaixo para os anos de 2025 e 2024. Terrenos não são depreciados.

	Taxas de depreciação - % ao ano	
	Nominal	Média ponderada
Edifícios e construções	De 1,5 a 50	4,42
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	De 4 a 50	15,05
Outros	De 10 a 50	18,17

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada período, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Fertilizantes Heringer S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025

	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos e instalações industriais	Outros	Imobilizações em andamento	Total
Em 1º de janeiro de 2024	66.340	312.216	161.363	(49.648)	33.487	523.758
Aquisições	-	-	425	5.186	124.592	130.203
Baixas	-	(424)	(1.125)	(12.674)	(414)	(14.637)
Depreciação	-	(16.107)	(38.052)	(7.009)	-	(61.168)
Transferências	-	12.487	69.719	70.703	(152.909)	-
Em 31 de dezembro de 2024	66.340	308.172	192.330	6.558	4.756	578.156
Em 1º de janeiro de 2025	66.340	308.172	192.330	6.558	4.756	578.156
Aquisições	-	2.404	7.889	27.402	28.875	66.570
Baixas	(2.281)	(6.344)	(6.719)	(657)	-	(16.001)
Impairment	-	12.632	5.125	(25)	-	17.732
Depreciação	-	(18.890)	(52.723)	(4.987)	-	(76.600)
Transferências	59	5.352	14.988	(10.046)	(10.353)	-
Em 31 de dezembro de 2025	64.118	303.326	160.890	18.245	23.278	569.857
Em 31 de dezembro de 2024						
Custo	66.340	477.406	587.042	51.810	22.932	1.198.178
Depreciação	-	(169.234)	(394.712)	(37.900)	(18.176)	(620.022)
Valor residual líquido	66.340	308.172	192.330	6.558	4.756	578.156
Em 31 de dezembro de 2025						
Custo	64.118	464.377	602.630	54.290	23.278	1.208.693
Depreciação	-	(161.051)	(441.740)	(36.045)	-	(638.836)
Valor residual líquido	64.118	303.326	160.890	18.246	23.278	569.857

Testes do ativo imobilizado para verificação de *impairment*

Considerando o histórico de prejuízo das operações da Companhia somados à paralisação de certas unidades produtivas (Nota 1.2), a Administração da Companhia identificou a necessidade de realização de teste de redução ao valor recuperável dos ativos.

O ativo imobilizado é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). Segue um resumo da alocação do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2025:

	Ativos de unidades em operação	Ativos de unidades hibernadas	Total
Ativo imobilizado	393.912	175.945	569.857

O valor recuperável das UGCs das unidades da Companhia é determinado pelo valor justo líquido de despesa de venda. A administração da Companhia, contratou empresa especializada para auxiliá-la na determinação do valor justo líquido de despesa de vendas dos ativos para todas as unidades da Companhia.

A avaliação do valor justo líquido das despesas de venda foi feita por meio do método comparativo de dados de mercado e quando na impossibilidade deste, foi aplicado o método de custo.

Método comparativo de dados de mercado: Método de avaliação que consiste na comparação de dados de mercado, relativos a outros bens de características idênticas ou similares ao bem a ser avaliado.

Método do custo: Método do custo é aquele em que o valor dos bens resulta de orçamento sumário ou detalhado ou da composição do custo de outros iguais ao bem a ser avaliado (custo de reprodução) ou equivalente a avaliação do valor justo líquido da despesa de venda pelos métodos descritos acima é considerada Nível 2 na hierarquia de valor justo visto que foram obtidos a partir de dados de mercado observáveis, a partir de preços em transações observadas envolvendo bens comparáveis (ou seja, similares) em locais similares.

Máquinas, equipamentos industriais

O valor justo das máquinas e equipamentos, foi determinado através da comparação direta com outros bens de características iguais ou similares ao bem avaliando ofertados para a venda no livre mercado, considerando-se as informações obtidas durante a vistoria.

Na inexistência dessa possibilidade de cotação, foi determinado para o bem avaliado, o custo de reposição novo, através de pesquisa junto a fornecedores, revendedores, representantes e fabricantes, ou atualização do valor de aquisição contábil pelo IGPM-FGV; ou ainda por banco

de dados próprio e atualizado, a esse valor de novo, foi aplicado o método de depreciação técnica "Curva de Iowa L2", de acordo com as informações técnicas obtidas durante a vistoria, tais como idade aparente, estado de conservação, grau de manutenção realizada e nível de obsolescência, e assim, determinado o valor justo.

Terrenos, edifícios e construções

Para os terrenos, edifícios e construções, a avaliação do valor justo líquido de despesa de venda, foi realizado pela aplicação do método comparativo de dados do mercado com aplicação de inferência estatística, esse foi realizado com uso software especializado com elementos coletados junto ao mercado imobiliário local nos níveis de precisão e fundamentação específicos.

Para a determinação do valor unitário básico de mercado, foi realizado um levantamento junto ao mercado imobiliário local e pessoas afins, comparando-se este com outros semelhantes, em oferta ou transacionados, tomando-se o cuidado de considerar as características específicas do imóvel em questão.

Com relação às edificações e benfeitorias, foi considerado o custo de reprodução ou de substituição de construções similares, conforme projeto ou custos padrões oficiais com apuração de variáveis de acréscimos ou decréscimos, além das respectivas depreciações, considerando o estado de conservação em que se encontraram durante as vistorias técnicas. Para a determinação do valor da edificação foram considerados os materiais empregados, padrão construtivo e suas características específicas. Todas as informações contidas nos laudos de avaliação estão em conformidade com a NBR 14.653 da ABNT.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia procedeu com o teste de *impairment* – CPC01 – Redução ao valor recuperável pelo método de alienação a valor justo, deduzindo as despesas para alienação como fretes e comissões, ao qual constatou-se uma reversão do *impairment* provisionado em períodos anteriores sobre, principalmente, a classe de máquinas e equipamentos no montante de R\$ 17.732.

12 Intangível

O ativo intangível apresenta movimentação como segue:

	Software	Direito de uso	Marcas e Patentes	Outros	Intangível em andamento	Total
Em 1º de janeiro de 2024	4.652	-	-	2.897	-	7.549
Aquisições	17.347	-	-	-	3.669	21.016
Baixas	-	-	-	-	(2.080)	(2.080)
Amortização	(955)	-	-	-	-	(955)
Transferências	1.146	-	-	-	(1.146)	-
Em 31 de dezembro de 2024	22.190	-	-	2.897	443	25.530
Em 1º de janeiro de 2025	22.190	-	-	2.897	443	25.530
Aquisições	1.214	-	-	19	1.730	2.963
Baixas	(6)	-	-	-	(1.370)	(1.376)
Amortização	(5.039)	-	-	-	-	(5.039)
Em 31 de dezembro de 2025	18.359	-	-	2.916	803	22.078
Em 31 de dezembro de 2024						
Custo	40.519	57	34	2.897	443	43.950
Amortização	(18.329)	(57)	(34)	-	-	(18.420)
Valor residual líquido	22.190	-	-	2.897	443	25.530
Em 31 de dezembro de 2025						
Custo	41.727	57	34	2.916	803	45.537
Amortização	(23.368)	(57)	(34)	-	-	(23.459)
Valor residual líquido	18.359	-	-	2.916	803	22.078

13 Arrendamentos

A Companhia reconhece, no balanço patrimonial, os ativos de direito de uso correspondentes aos bens arrendados e os respectivos passivos de arrendamento, referentes às obrigações de pagamento assumidas em contratos que se enquadram na definição de arrendamento. Esses saldos refletem os contratos vigentes na data-base das demonstrações financeiras .

Os contratos de arrendamento também impactam o resultado do exercício por meio da depreciação dos ativos de direito de uso e do reconhecimento de encargos de juros sobre os passivos de arrendamento. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, os pagamentos relacionados aos arrendamentos são apresentados separadamente, com a parcela de juros classificada como fluxo de caixa das atividades operacionais e a amortização do principal como fluxo de caixa das atividades de investimento.

A) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

Ativos de direito de uso	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Edifícios	6.785	4.866
Máquinas e Equipamentos	702	1.196
Veículos pesados utilitários	3.721	1.290
	<u>11.208</u>	<u>7.352</u>
Passivos de arrendamento		
Circulante	(4.344)	(484)
Não circulante	(7.307)	(4.799)
	<u>(11.651)</u>	<u>(5.283)</u>

B) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

Encargos de amortização	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Edifícios	(1.559)	(35)
Máquinas e Equipamentos	(4.558)	(441)
Veículos	(2.907)	(237)
	<u>(9.024)</u>	<u>(713)</u>
Juros		
Despesas com juros sobre direito de uso	(280)	(160)
	<u>(280)</u>	<u>(160)</u>

14 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Contas a pagar no país	93.451	166.001
Contas a pagar no exterior (i)	483.431	403.032
	576.882	569.033
Circulante	573.597	563.870
Não circulante	3.285	5.163
	576.882	569.033

- (i) A Companhia efetua a maior parte das compras de matérias-primas de fornecedores terceiros no exterior. Esses títulos estão denominados em dólares norte-americanos.

15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são passivos financeiros e são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e custos de transação são amortizados proporcionais ao período incorrido, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os valores contábeis e valor justo dos empréstimos e financiamentos estão descritos na Nota 27.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía nenhum contrato com cláusula restritiva financeira.

Moeda nacional	Taxa de juros contratual	Data de Vencimento	Taxa de juros efetiva	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Capital de giro	TR + 4% a.a.	31/12/2029	TR + 4% a.a.	24.180	23.129
FIDC - Eurochem Fiagro (iii)	CDI + 2,75% aa	(*)	CDI + 2,75% aa	43.766	-
Convênio produtor rural	15,60% a.a.	30/09/2025	15,60% a.a.	-	1.445
				67.946	24.574

- (i) Refere-se à operação de empréstimos com instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia reconheceu empréstimos ao qual é coobrigada a pagar, em caso de eventual inadimplência.

- (ii) Contrato de cessão de direitos creditórios sobre recebíveis da Companhia com o Fundo de Investimentos Eurochem Fiagro, cujo vencimento é o recebimento do título.

Abaixo, seguem informações adicionais sobre as modalidades dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia:

a. Movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos

	Capital de giro	Convênio produtor rural	Total
Em 1º de janeiro de 2024	19.058	6.638	25.696
Captações	132.089	1.445	133.534
(-) Pagamento de principal	(128.827)	(6.638)	(135.465)
(-) Pagamento de juros	(3.275)	-	(3.275)
Provisão de juros	4.084	-	4.084
Em 31 de dezembro de 2024	23.129	1.445	24.574
Em 1º de janeiro de 2025	23.129	1.445	24.574
Captações	163.568	-	163.568
(-) Pagamento de principal	(119.877)	(1.445)	(121.322)
Provisão de juros	1.126	-	1.126
Em 31 de dezembro de 2025	67.946	-	67.946

16 Dívidas inscritas na Recuperação judicial

Com advento da aprovação do Plano de recuperação judicial em Assembleia Geral de Credores ocorrida em 03 de dezembro de 2019, os prazos, encargos e demais condições relacionadas às dívidas firmadas pela Companhia antes da recuperação judicial foram novados, passando a vigorar as condições apresentadas no Plano de Recuperação Judicial, conforme determina a Lei 11.101/2005. Consequentemente, os passivos concursais originalmente submetidos à recuperação judicial foram extintos, surgindo assim, um novo passivo financeiro mensurado a valor justo, conforme previsto no CPC48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9). A Companhia procedeu com a mensuração subsequente dos referidos passivos ao custo amortizado, considerando as taxas efetivas de juros, conforme determina as práticas contábeis.

Sob tais premissas, o valor contábil das obrigações da Companhia inscritas na recuperação judicial totaliza o montante de R\$ 1.300.796 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.390.105 em 31 de dezembro de 2024), com a seguinte composição por classe de credor e opção de pagamento:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Fornecedores – RJ		
Classe II – Garantia Real	65.718	97.131
Classe III – Quirografários	756.489	795.622
Classe IV – Quirografários EPP/MP	3.125	2.156
	825.332	894.909
Circulante	28.398	101.539
Não circulante	796.934	793.370
	825.332	894.909
Empréstimos – RJ		
Classe II – Garantia Real	151.235	186.520
Classe III – Quirografários	324.138	308.585
	475.373	495.105
Circulante	31.052	94.734
Não circulante	444.321	400.371
	475.373	495.105
Salários e encargos sociais		
Classe I – Trabalhista	91	91
Circulante	91	91
	1.300.796	1.390.105

A movimentação dos saldos inscritos na recuperação são como segue:

Opção de Pagamento	Classe I Trabalhista	Classe II Garantia Real	Classe III Quirografários			Classe IV Quirografários EPP/MP		Total
	Única	Opção 1	Opção 1	Opção 2	Opção 3	Opção 1	Opção 2	
Em 1º de janeiro de 2024	91	243.368	213.168	34.931	541.793	87	2.069	1.035.507
Variação Cambial do período	-	42.439	51.637	7.892	140.465	-	-	242.433
Juros Incorridos	-	25.765	45.575	6.965	123.974	151	1.013	203.443
(-) Pagamentos Realizados	-	(27.904)	(13.620)	(453)	(46.276)	(1.159)	(6)	(89.418)
Ajustes / Transferências	-	-	64	(1.924)	-	1.707	(1.707)	(1.860)
Em 31 de dezembro de 2024	91	283.668	296.824	47.411	759.956	786	1.369	1.390.105
Em 1º de janeiro de 2025	91	283.668	296.824	47.411	759.956	786	1.369	1.390.105
Variação Cambial do período	-	(53.764)	(43.208)	(6.901)	(110.624)	-	-	(214.497)
Juros Incorridos	-	38.878	59.945	9.574	153.476	117	1.277	263.267
(-) Pagamentos Realizados	-	(51.829)	(15.213)	(53)	(70.863)	(510)	(3)	(138.471)
Ajustes / Transferências	-	-	-	14	289	(247)	336	392
Em 31 de dezembro de 2025	91	216.953	298.348	50.045	732.234	146	2.979	1.300.796

Os vencimentos finais das dívidas inscritas na recuperação são como seguem:

Prazo de pagamento	Classe I Trabalhista	Classe II Garantia Real	Classe III Quirografários			Classe IV Quirografários EPP/MP		Total
	Única	Opção 1	Opção 1	Opção 2	Opção 3	Opção 1	Opção 2	
Vencimento final	dezembro/2020	dezembro/2029	dezembro/2045	dezembro/2040	dezembro/2045	dezembro/2040	dezembro/2040	
Em 31 de dezembro de 2025	91	216.953	298.348	50.045	732.234	146	2.979	1.300.796

Os valores constantes como vencidos na classe I – trabalhista, referem-se a pagamentos que foram efetuados a ex-colaboradores com saldos habilitados na recuperação judicial, que foram devolvidos em função de incorreções em suas contas bancárias.

17 Provisão para Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de sua atividade. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração da Companhia, amparada pela avaliação de seus consultores legais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a provisão para contingências é composta como segue:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Contingências de naturezas:		
Tributárias e administrativas	6.222	4.035
Trabalhistas e previdenciárias (i)	66.072	56.591
Cíveis e ambientais	18.319	12.497
Total da provisão para contingências	<u>90.613</u>	<u>73.123</u>

- (i) As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a reclamações individuais e coletivas considerando pedidos de verbas rescisórias por ex-funcionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários (INSS e FGTS). A administração da Companhia acompanha o andamento dos referidos processos, e, juntamente com seus consultores jurídicos avalia a existência de evidência de necessidade provável de desembolso de caixa.

a. Movimentação da provisão para contingências

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a movimentação da provisão para contingências foi como segue:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Saldo inicial	73.123	73.004
Constituição (reversão) de provisões	12.960	119
Atualização monetária	4.530	-
Saldo final	<u>90.613</u>	<u>73.123</u>

b. Depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Tributários e administrativos	14.858	12.199
Cíveis e ambientais	342	1.483
Previdenciários	1.853	2.109
Trabalhistas	5.699	2.804
Saldo de Depósitos Judiciais – Ativo Não Circulante	<u>22.752</u>	<u>18.595</u>

c. Passivos contingentes

A Companhia possui ações de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, administrativa, cível e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela administração da Companhia e seus consultores jurídicos como possível, para os quais não há provisão constituída, conforme composição demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Tributárias e administrativas (i)	219.369	197.419
Trabalhistas e previdenciárias (ii)	27.296	21.699
Cíveis e ambientais (iii)	75.717	19.734
	322.382	238.852

Os valores apresentados acima estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC ou, quando aplicável, correspondem aos valores atualizados pelos consultores jurídicos da Companhia.

- (i) As ações tributárias referem-se, substancialmente, à autos de infração recebidos pela Companhia em decorrência de utilização de PIS e COFINS para compensação de IRPJ e CSLL que são objetos de questionamento por parte das autoridades fiscais, no montante de R\$ 180.532. Adicionalmente a Companhia possui ações relacionadas à ICMS no montante de R\$ 29.692, em decorrências de autuações e discussões de entendimentos divergentes entre as autoridades fiscais e a Companhia. As principais ações encontram-se atualmente na esfera administrativa. A Companhia conta com apoio de consultores jurídicos para acompanhamento do andamento dos processos e avaliação dos prognósticos de perda, para os quais entende que a probabilidade de perda é “possível”, portanto, nenhuma provisão foi constituída.
- (ii) As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a pedidos de verbas por ex-funcionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários. A administração da Companhia acompanha o andamento dos referidos processos, e, juntamente com seus consultores jurídicos avalia a existência de evidência de necessidade de desembolso de caixa.
- (iii) As ações cíveis com pedidos de regresso e reparação por perdas e danos.

d. Aquisição de créditos tributários e sua utilização para compensação com tributos devidos

Em fevereiro de 2003, a Companhia adquiriu créditos tributários decorrentes de indébito tributário federal. Para a operação foi firmado contrato de cessão dos créditos, objeto de averbação no Registro de Títulos e Documentos e, também, foi solicitada e deferida pela Vara Federal a substituição do polo ativo, decisão esta que, quanto a este ponto, também já transitou em julgado.

Em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 46.777 (R\$ 45.011 em 31 de dezembro de 2024) refere-se à atualização monetária dos créditos tributários pelo IPCA-E, o qual a Companhia aguarda a requisição de pagamento junto à União Federal (nota 6).

18 Outros Passivos

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Demurrage a pagar	28.602	51.708
Custo de importação a pagar	22.461	32.083
Provisão de comissões	5.815	4.229
Provisão de Fretes	10.429	13.342
	23.310	-
Provisão de Serviços logísticos a pagar		
Representantes comerciais a pagar	263	106
Outras contas a pagar (i)	5.963	10.926
	96.843	112.394

- (i) Refere-se a valores para pagamentos a assessores externos e serviços.

19 Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

a. Capital social

O capital da Companhia é compreendido integralmente por ações ordinárias, sem valor nominal. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, quando aplicável, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social até o limite de R\$ 800.000.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é no valor de R\$ 585.518, e está representado por 53.857.284 ações.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial é composto pelo valor do custo atribuído (*deemed cost*) de terrenos e edificações que foi registrado na data de transição para CPCs e IFRS. Esse valor sofre movimentação em decorrência da depreciação dos itens do imobilizado com custo atribuído em exercícios anteriores.

c. Destinação dos resultados e reservas de lucros - incentivos fiscais

Em 31 de dezembro de 2025, o montante que seria destinado a reserva de lucros - Incentivos fiscais, no valor de R\$ 2.062, foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados. Esses incentivos fiscais são utilizados para absorção de prejuízos acumulados desde 31 de dezembro de 2008.

Até 31 de dezembro de 2025, os montantes anuais de incentivos fiscais que foram utilizados para absorção de prejuízos acumulados, e que, como antes mencionado, deverão ser restaurados como reserva de lucros quando houver lucro disponível, são como segue:

	2008 a 2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
PSDI (i)	217.417	87	-	2.782	2.616	1.993	647	-	225.542
Desenvolve (ii)	17.405	1.499	4.741	9.606	2.794	2.507	522	2.062	41.136
Outros incentivos recebidos	6.685	-	-	-	-	-	-	-	6.685
	241.507	1.586	4.741	12.388	5.410	4.500	1.169	2.062	273.363

Benefício fiscal de redução de ICMS:

- (i) Concedido à Companhia em dezembro de 2003 por participar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Rosário do Catete - SE. O programa tem vencimento em 26 de dezembro de 2028.
- (ii) Concedido à Companhia em novembro de 2014 por participar do Programa Desenvolve - Governo do Estado da Bahia, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 90% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Candeias - BA. O programa tem vencimento em 31 de outubro de 2026.

Os benefícios são registrados diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta "Lucros acumulados" para "Reserva de lucros de incentivos fiscais". Essas reservas podem ser utilizadas apenas para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Na hipótese de absorção de prejuízos, o montante absorvido deve ser posteriormente restaurado, na própria conta da reserva, na medida em que houver lucros líquidos disponíveis, de modo a evitar possíveis contingências tributárias, pois essa reserva não pode ser distribuída aos sócios sob pena da perda dos benefícios. Não há saldo de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido pois há prejuízos acumulados.

20 Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do prejuízo básico por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares, exceto valores por ação):

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(172.242)	(1.154.741)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares)	53.857	53.857
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária – R\$	(3,1981)	(21,4409)

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não ocorreram transações com ações ordinárias potenciais diluidoras que gerassem diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação ordinária. Não há diluição de prejuízos.

21 Receita operacional líquida

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos são transferidos ao cliente, ou seja, para casos de vendas FOB (“Free on Board”), a receita é reconhecida no momento em que o comprador retira, com transportes próprios, o produto nas unidades da Companhia; para casos de venda CIF (“Cost, Insurance and Freight”), a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente, e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Vendas brutas de produtos	4.244.365	4.766.847
(-) Deduções da receita bruta de vendas:		
Impostos sobre as vendas	(127.207)	(147.707)
Devoluções das vendas	(22.847)	(14.556)
Perda esperada nos recebimentos das vendas	(434)	2.831
Incentivos fiscais ICMS (PSDI)	701	647
Incentivos fiscais ICMS (Desenvolve)	192	522
	<u>4.094.770</u>	<u>4.608.584</u>

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia apresenta a seguinte distribuição regional da receita operacional:

Regiões	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Sudeste	1.957.456	2.850.180
Norte-Nordeste	925.643	916.977
Centro-Oeste	323.952	433.152
Sul	887.719	408.275
	4.094.770	4.608.584

Passivo de contrato

A tabela a seguir fornece informações sobre os passivos de contratos com clientes:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Passivos de contrato	151.730	94.005
	151.730	94.005

Os passivos de contratos referem-se principalmente ao adiantamento da contraprestação recebida dos clientes pela aquisição de fertilizantes, para a qual a receita é reconhecida ao longo do tempo. Isso será reconhecido como receita à medida em que a obrigação de performance seja satisfeita, o que é atendido quando o cliente obtém o controle do produto.

22 Custo e despesas por natureza

Os gastos relativos a frete de compras de matérias-primas e materiais auxiliares são apropriados aos custos dos estoques e posteriormente ao custo dos produtos vendidos quando da venda destes. As despesas com frete relacionadas à entrega do produto, bem como as despesas com comissão sobre vendas são registradas como despesas comerciais, quando incorridas.

Demais custos são apurados em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Matérias-primas e materiais de produção	3.832.154	4.284.339
Despesas com transporte	68.066	111.752
Despesas com pessoal (Nota 26)	214.900	221.985
Depreciação e amortização	91.355	60.683
Despesas comerciais	35.750	44.839
Arrendamentos mercantis operacionais	535	1.976
Participação nos resultados (Nota 26)	(4.934)	8.590
Despesas com consultorias	27.052	13.464
Despesas com publicidade	1.168	1.257
Outros gastos (i)	112.154	114.171
	4.378.201	4.863.056
Classificados como:		
Custos dos produtos vendidos	4.088.575	4.476.709
Despesas com vendas	152.505	169.034
Perdas incorridas com crédito de liquidação duvidosa	10.965	19.965
Despesas gerais e administrativas	126.156	197.348
	4.378.201	4.863.056

(i) Basicamente despesas com manutenções e serviços terceirizados.

23 Outras receitas (despesas) operacionais

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia reconheceu Outras Receitas (Despesas) Operacionais, aos quais a abertura está abaixo apresentada:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Tributos federais sobre “Outras Despesas”	(856)	(1.872)
Perda na alienação de ativos imobilizados	-	(80)
Multas Diversas	(434)	(347)
Provisões em processos	(12.960)	-
Outras despesas operacionais	(126)	-
	(14.376)	(2.299)
Ganhos com alienação de Ativos	3.312	216
Reversão de Impairment	17.732	-
Outras Receitas Operacionais (i)	9.336	3.716
	30.380	3.932
	16.004	1.633

(i) Refere-se basicamente ao registro de receitas com *Despatch* (otimização no processo de descarga de navios), assim como, reconhecimento de passivos não realizáveis registrados no balanço patrimonial da Companhia, anteriores ao pedido de recuperação judicial, dos quais não foram listados no Plano de Recuperação Judicial.

24 Variação cambial, líquida

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício em “Despesas financeiras, líquidas”.

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Variação cambial ativa	752.870	102.742
Variação cambial passiva	(342.136)	(737.393)
Variação cambial, líquida (i)	410.734	(634.651)

- (i) Variação cambial gerada em decorrência da volatilidade do dólar sobre as dívidas inscritas na Recuperação Judicial, bem como fornecedores a pagar em dólar, referente à aquisição de matérias-primas importadas. A variação cambial do dólar entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025 teve impactos positivos significativos no resultado da Companhia. A volatilidade da moeda americana afetou diretamente as dívidas inscritas na recuperação judicial no montante de R\$ 214.496, assim como os saldos a pagar em dólar para fornecedores de matérias-primas importadas no montante de R\$ 196.238. Devido à valorização do real, houve uma redução no valor das dívidas denominadas em moeda estrangeira, o que resultou em menores encargos de variação cambial no exercício corrente. Essa redução nas obrigações financeiras impactou positivamente o resultado financeiro da Companhia.

25 Despesas financeiras, líquidas

As receitas (despesas) financeiras com juros são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.

As demais receitas (despesas) financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência.

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Despesas financeiras		
Juros incorridos sobre as dívidas inscritas na Recuperação judicial	(263.268)	(203.511)
Juros sobre passivos financeiros	(9.680)	(4.095)
Despesas com ajustes a valor presente	-	(20.522)
Tributos e taxas sobre operações financeiras	(22.365)	(9.714)
Descontos concedidos	(4.867)	(8.663)
Despesas com ajustes a valor justo	(115)	(357)
Outras Despesas Financeiras (i)	(24.181)	-
Variações monetárias passivas	(7.512)	(919)
	(331.988)	(247.781)
Receitas financeiras		
Receitas com ajustes a valor presente	-	50.758
Variações monetárias ativas	99.919	13.994
Juros sobre ativos financeiros e descontos obtidos	4.559	39.048
Receitas com ajuste a valor justo	-	357
Rendimentos sobre aplicações financeiras	20.956	8.373
	125.434	112.530
	(206.554)	(135.251)

- (i) Reconhecimento no resultado do registro de valores a serem compensados de acordo com a liquidação de empréstimos junto a instituição financeira, a qual a Companhia é coobrigada a realizar os pagamentos sobre eventuais inadimplências de contratos firmados entre a instituição financeira e Companhia, anteriormente a realização da operação de alienação do controle acionário.

26 Despesas com empregados

As despesas com empregados estão demonstradas a seguir:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Ordenados e salários	90.742	98.027
Benefícios adicionais (i)	47.659	41.457
Compartilhamento de gastos	13.601	27.850
Custos de previdência social	25.854	24.290
Benefícios previstos em Lei	24.365	17.261
Indenizações	12.680	13.100
	214.901	221.985
Participação nos resultados	(4.934)	8.590
	209.967	230.575

- (i) Assistência médica, seguro de vida, previdência complementar, pecúlio, alimentação e programa de participação nos resultados.

27 Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Segue a composição dos instrumentos financeiros por categoria:

	31 de dezembro de 2025		
	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	-	100.542	100.542
Contas a receber de clientes	-	164.252	164.252
Outros ativos,	-	48.167	48.167
Depósitos judiciais	-	22.752	22.752
Contingências	-	(90.613)	(90.613)
	-	245.100	197.966

	31 de dezembro de 2025	
	Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	(175.688)	(175.688)
Empréstimo e financiamentos RJ	(475.373)	(475.373)
Fornecedores	(576.882)	(576.882)
Fornecedores RJ	(825.332)	(825.332)
	(2.053.275)	(2.053.275)

	31 de dezembro de 2024		
	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	-	98.405	98.405
Contas a receber de clientes	-	218.477	218.477
Depósitos judiciais	-	45.974	45.974
Dep. Judiciais, redutor da provisão contingência	-	18.595	18.595
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	-	5.260	5.260
	-	386.711	386.711

	31 de dezembro de 2024	
	Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	(24.574)	(24.574)
Empréstimo e financiamentos RJ	(495.105)	(495.105)
Fornecedores	(2.372.885)	(2.372.885)
Fornecedores RJ	(894.909)	(894.909)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	(83.975)	(83.975)
	(3.871.448)	(3.871.448)

Considerando que as operações possuem vencimento de curto prazo, que as taxas de remuneração dos contratos estão próximas às taxas de mercado, livres de risco do Brasil, adicional a taxa de risco da própria Companhia, o valor justo dessas operações se equipara ao valor contábil.

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

	31 de dezembro de 2025	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	100.542	100.542
Contas a receber de clientes	117.118	117.118
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	48.167	48.167
Depósitos judiciais	22.752	22.752
Depósitos Judiciais, redutor da provisão para contingência	(90.613)	(90.613)
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	(175.688)	(175.688)
Empréstimos e financiamentos – RJ	(475.373)	(475.373)
Fornecedores	(1.342.036)	(1.342.036)
Fornecedores – RJ	(825.333)	(825.333)

	31 de dezembro de 2024	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	98.405	98.405
Contas a receber de clientes	218.477	218.477
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	45.974	45.974
Depósitos judiciais	18.595	18.595
Depósitos Judiciais, redutor da provisão para contingência	5.260	5.260

Passivos financeiros

Empréstimos e financiamentos	(24.574)	(24.574)
Empréstimos e financiamentos – RJ	(495.105)	(478.175)
Fornecedores	(2.372.885)	(2.372.885)
Fornecedores – RJ	(894.909)	(864.307)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	(83.975)	(83.975)

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo dos empréstimos e financiamentos é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes. Vide nota 12 para mais detalhes.

Hierarquia de valor justo	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
	Nível II	Nível II
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	100.542	98.405
Empréstimos e financiamentos	175.688	24.574

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não havia outros ativos e passivos avaliados a valor justo.

28 Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

a. Política de gestão de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de câmbio, risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia revisa periodicamente os limites de crédito e a capacidade financeira de seus clientes. Em virtude dessas políticas estabelecidas para os derivativos, a Administração considera improvável a exposição a riscos não mensuráveis.

b. Risco de mercado

Risco com taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. As dívidas da Companhia que estão inscritas na Recuperação Judicial, tem taxas de juros pré-fixadas e acrescidas de TR para dívidas nacionais ou Libor para dívidas estrangeiras quando aplicável

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

Análise de sensibilidade

Dado a característica de remuneração e as taxas de juros das classificações não é esperado nenhum efeito significativo no resultado da Companhia

Tais análises consideram os ganhos e as perdas a auferir para os próximos 12 meses ou até a data de vencimento dos contratos, demonstradas entre parênteses, caso a cotação do dólar norte-americano e a taxa de CDI varia de acordo com os percentuais abaixo indicados.

Instrumentos financeiros não derivativos

Câmbio USD

	Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido - Cenários				
	II -25%	III -50%	Provável	II 25%	III 50%
Cotação do dólar	R\$ 4,0500	R\$ 2,7000	R\$ 5,4000	R\$ 6,7500	R\$ 8,1000
Fornecedor no exterior, líquido de importação em trânsito	315.889	631.777	(23.961)	(315.889)	(631.777)
Fornecedores RJ	148.255	296.510	11.245	(148.255)	(296.510)
Empréstimos e financiamentos RJ	102.608	205.216	7.783	(102.608)	(205.216)
Empréstimos e financiamentos	26.654	53.308	2.022	(26.654)	(53.308)
Contas a receber no exterior	(492)	(984)	(37)	492	984
	592.914	1.185.827	(2.948)	(592.913)	(1.185.827)
Ganho (perda), líquido					

Risco com taxa de câmbio

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar norte-americano. O risco cambial decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores das operações em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os ativos e passivos em moeda estrangeira, os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais e a exposição líquida ao risco com taxa de câmbio, são resumidos como a seguir:

	Prazos para o impacto financeiro previsto	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Importação em andamento (Nota 5)			
US\$ (19.066) mil (US\$ (4.185) mil em 31/12/2024)	Até 35 dias	(16.574)	(118.061)
Fornecedores no exterior (Nota 14)			
US\$ 280.295 mil (US\$ 180.165 mil em 31/12/2024)	Até 178 dias	1.260.341	1.735.672
Fornecedores – RJ US\$ 176.747 mil / €\$ 493 mil (US\$ 124.273 / €\$ 2.128 em 31/12/2024) (Nota 16)	Até o ano de 2045	599.292	1.097.639
Empréstimos e financiamentos US\$ 19.500 mil (Nota 15)	Até o ano de 2030	107.742	-
Empréstimos e financiamentos – RJ US\$ 113.402 mil (US\$ 101.992 mil em 31/12/2024) (Nota 16)	Até o ano de 2045	414.772	702.221
		2.365.573	3.417.471
Contas a receber no exterior US\$ (385) mil (US\$ (386) mil em 31/12/2024) (Nota 4)	Até 30 dias	(1.990)	(2.387)
Exposição líquida		2.363.583	3.415.084

Devido à relevância das importações de matérias-primas no contexto das operações da Companhia, a volatilidade da taxa de câmbio representa um risco relevante às suas operações. O

não repasse dos impactos de eventual desvalorização do Real, ou o repasse de eventual valorização do Real aos preços de venda pode resultar em reduções significativas das margens de lucro praticadas e consequente risco relevante às operações da Companhia. A Companhia opera com margem de custo de reposição.

c. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha, de acordo com limites e ratings previamente estabelecidos. A Companhia detinha 'Caixa e equivalentes de caixa' de R\$ 100.542 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 98.405 em 31 de dezembro de 2024). O 'Caixa e equivalentes de caixa' são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado na agência de rating Moody's.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

A qualidade do crédito dos demais ativos financeiros que não estão vencidos e não possuem perdas podem ser avaliados mediante referência às classificações externas de crédito efetuadas por empresa especializada, quando houver, ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo		
Baixo risco para longo prazo	100.542	98.405
	100.542	98.405

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber.

O risco de crédito decorrente de transações com clientes, devido à pulverização dos clientes, é administrado mediante avaliação individualizada dos clientes da Companhia, considerando seu histórico de adimplência, perspectivas de crescimento da cultura de atuação do cliente e capacidade de pagamento.

d. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas constantemente pela área financeira.

A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, exceto pelos empréstimos e financiamentos.

	Menos de Um ano	Entre Um e Dois anos	Entre Dois e Vinte e Cinco anos
Em 31 de dezembro de 2025			
Empréstimos e financiamentos	67.946	-	107.742
Empréstimos e financiamentos - RJ	31.052	91.428	352.893
Fornecedores	1.338.751	3.285	-
Fornecedores - RJ	28.398	97.511	699.424
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	122.519	-	-
Em 31 de dezembro de 2024			
Empréstimos e financiamentos	24.574	-	-
Empréstimos e financiamentos - RJ	94.734	-	400.371
Fornecedores	2.362.924	13.247	3.285
Fornecedores - RJ	101.539	-	793.370
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	83.975	-	-

e. Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros.

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas para o cenário I – provável:

- Instrumentos com risco cambial – os cenários prováveis consideram a taxa de câmbio de R\$5,5000/US\$ e R\$6,6966/EUR, com base no relatório semanal FOCUS divulgado pelo Banco Central (BC), observadas no fechamento de 31 de dezembro de 2025, que no entender da Administração seriam estáveis no próximo trimestre, e os demais cenários foram construídos a partir dessas taxas.
- Instrumentos com risco de taxa de juros – manutenção da taxa em virtude de contexto econômico e disponibilidades ofertadas pelas instituições financeiras durante o período.

f. Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia utiliza capital de terceiros, fornecedores e financiamentos de importação, para financiar parte do seu capital circulante. Também utiliza capital próprio e de terceiros para realização de investimentos de maturação de mais longo prazo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

29 Eventos subsequentes

Renúncia e substituição do CEO e CFO

Em 10 de fevereiro de 2026, a Companhia recebeu a renúncia do Sr. Sergio Longhi Castanheiro aos cargos de Diretor Presidente e de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, nesse contexto o Sr. Gustavo Oubinha Barreiro para os cargos de Diretor Presidente, com mandato unificado ao dos demais membros da Diretoria da Companhia, a partir desta data até a data de realização da Assembleia Geral Ordinária a ocorrer no ano de 2027; e de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; com mandato unificado ao dos demais membros do Conselho de Administração da Companhia, a partir desta data até a data de realização da Assembleia Geral Ordinária a ocorrer no ano de 2026. Em substituição ao Sr. Gustavo Oubinha Barreiro, o Conselho de Administração da Companhia elegeu o Sr. Vladislav Guz para o cargo de Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores da Companhia, com mandato unificado ao dos demais membros da Diretoria da Companhia, a partir desta data até a data de realização da Assembleia Geral Ordinária a ocorrer no ano de 2027.

Guerra do Oriente Médio

Após o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, ocorreu a intensificação de conflitos geopolíticos no Oriente Médio, impactando o mercado internacional de fertilizantes, em especial a oferta, os preços e as condições logísticas de matérias-primas utilizadas na produção de fertilizantes nitrogenados, em razão de restrições em rotas estratégicas de transporte internacional e de medidas adotadas por países fornecedores. Em março de 2026, autoridades russas anunciaram a suspensão temporária, por aproximadamente um mês, das exportações de nitrato de amônio, insumo relevante no mercado global de fertilizantes nitrogenados, como medida voltada à priorização do abastecimento do mercado interno naquele país. A Companhia atua nesse segmento, que apresenta dependência de insumos importados, inclusive do Oriente Médio, estando, portanto, exposta à volatilidade de preços em seus custos (incluindo câmbio) e à disponibilidade desses insumos no mercado internacional.

A Companhia, em conjunto com sua controladora, que atua globalmente no mercado de fertilizantes (e também é provedora de insumos primários), está acompanhando o desfecho desses conflitos no Oriente Médio e das medidas recentemente adotadas por países fornecedores, simulando cenários econômicos e financeiros com potenciais reflexos sobre contratos de suprimento, níveis de estoques e estratégias de mitigação de riscos de mercado (entre eles o risco cambial) e avaliando potenciais efeitos sobre os custos de aquisição de matérias-primas e fretes, margens operacionais e capital de giro para os próximos meses. Na data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, a Administração avalia que a suspensão temporária das exportações russas não traz impactos relevantes de curto prazo para a Companhia, não afetando seu negócio, a execução de seus contratos nem sua carteira de clientes. Contudo, caso as suspensões e/ou interrupções globais no fornecimento de fertilizantes perdurem, poderão impactar o plano de vendas da Companhia; assim, a Companhia encontra-se em negociações constantes com fornecedores para reavaliar potenciais impactos e alternativas de mitigação.

Conforme divulgado na Nota 1.2, sobre continuidade operacional, a Companhia entende que as medidas planejadas e em implementação nos últimos exercícios para a reestruturação de sua operação no Brasil, bem como o histórico de suporte financeiro do acionista controlador, inclusive por meio da provisão de capital de giro quando necessário, consubstanciam a premissa de continuidade das operações na preparação destas demonstrações financeiras aprovadas em 27 de março de 2026. Por consequência, não foram refletidos ajustes e alterações nas principais estimativas divulgadas na Nota Explicativa 28 decorrentes desse evento subsequente.

Reforma tributária

A Lei Complementar nº 214, publicada em 16 de janeiro de 2025, estabeleceu o IBS, CBS e IS — novos tributos no âmbito da Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil.

A reforma tributária introduziu mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as principais mudanças está a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), um modelo de IVA dual que substituirá os atuais tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

O novo sistema tributário entrará em vigor a partir de 2026, sendo implementado de forma gradual, com plena adoção prevista para 2033. A Companhia está avaliando o impacto da reforma em suas operações e se preparando para atender aos novos requisitos.

* * *

Composição da Diretoria

Gustavo Oubinha Berreiro
Diretor Presidente

Vladislav Guz
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Responsável Técnico

Hugomar Spelta Martins
Contador CRC ES-008017/O-4 S-SP



Heringer

Relatório da Administração 2025

FHER3

B3 LISTED NM



SENHORES ACIONISTAS,

Em atendimento às disposições legais e regulamentares, a Fertilizantes Heringer S.A. apresenta, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhados do relatório dos auditores independentes e das respectivas notas explicativas.

O core business da Companhia consiste na aquisição de matérias-primas, predominantemente provenientes do mercado internacional, que são posteriormente industrializadas e distribuídas no mercado nacional.

A Heringer estima que o consumo brasileiro de fertilizantes em 2026 deverá permanecer em linha com 2025, totalizando aproximadamente 46,0 milhões de toneladas.

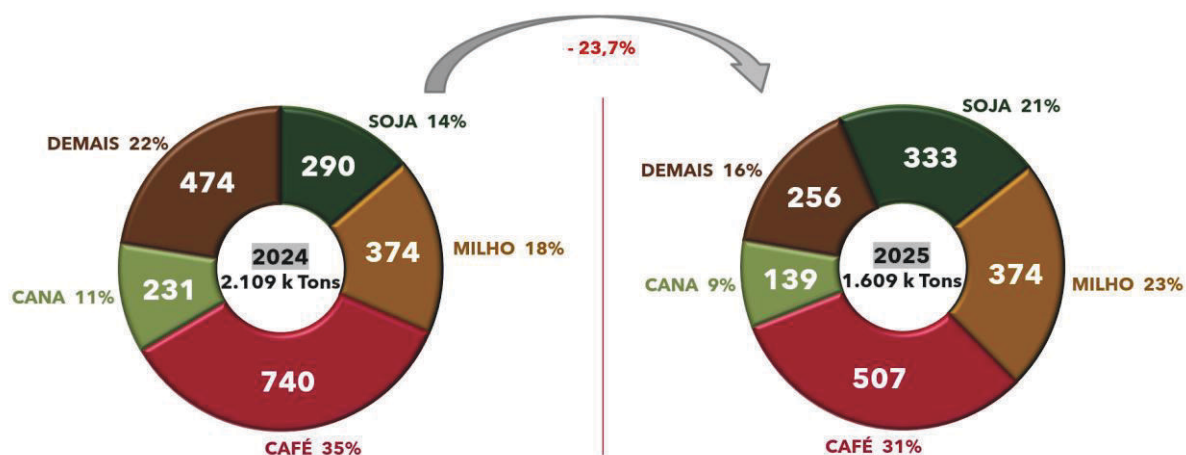
As importações brasileiras de fertilizantes alcançaram 45,5 milhões de toneladas durante 2025, superando as 44,3 milhões de toneladas registradas no ano de 2024, estabelecendo um novo recorde da série histórica. Esse bom desempenho reforça um cenário positivo para a agricultura nacional, pois indica uma maior disposição dos produtores em ampliar a área plantada de grãos e elevar a produtividade média de suas lavouras. Ao longo de 2025, o volume crescente de aquisições já sinalizava confiança do setor produtivo nas perspectivas da safra.

As exportações do agronegócio brasileiro totalizaram US\$ 169,2 bilhões em 2025, o que representa um aumento de 3,0% em relação aos US\$ 164,3 bilhões registrados em 2024. O valor corresponde a 48,5% de todo o valor exportado pelo Brasil no ano passado. O resultado foi impulsionado pelo aumento de 3,6% no volume de produtos enviados ao exterior, desempenho que compensou a queda de 0,6% nos preços médios.

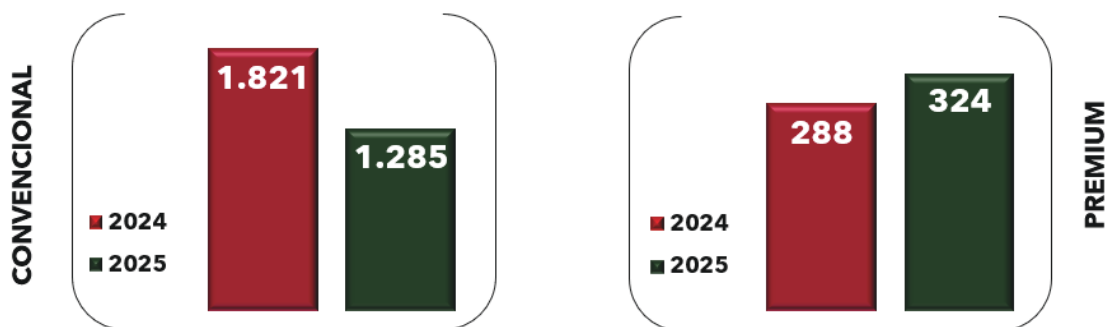
A contribuição do agronegócio para a atividade econômica do Brasil em 2025 foi decisiva para o crescimento do PIB, destacando-se como o setor de melhor desempenho no período. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a agropecuária registrou expansão de aproximadamente 11,7%, o maior avanço entre os grandes setores da economia no ano. Esse desempenho teve impacto significativo no resultado geral da atividade econômica, contribuindo para que o PIB brasileiro crescesse 2,3% em 2025.

ENTREGAS HERINGER

O ano de 2025 apresentou uma redução de cerca de 24% no volume total entregue, com quedas nas culturas de café, cana e demais culturas. A soja apresentou crescimento considerável, enquanto o milho manteve estabilidade em volume, elevando sua representatividade no mix.



O ano de 2025 foi marcado por mudança estrutural no mix de vendas, com aumento da participação dos produtos premium e redução relativa da linha convencional. Esse movimento evidencia a evolução estratégica do portfólio e reforça a expectativa de captura de ganhos de margens futuras.



* Em milhares de toneladas



ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Líquida: atingiu R\$ 4.094,8 milhões, redução de 11,1% em relação aos R\$ 4.608,6 milhões em 2024. O desempenho reflete principalmente a retração no volume vendido no período, cerca de 24%, impactando diretamente a geração da receita.

Resultado Bruto: somou R\$ 6,2 milhões, queda frente aos R\$ 131,9 milhões em 2024 (-95,3%), a margem bruta caiu de 2,9% para 0,2%, impactada pela menor diluição de custos diante da retração de volume.

EBITDA: negativo em R\$ 176,1 milhões, inferior em relação aos R\$ 192,2 milhões negativos de 2024 (-8,4%), refletindo a piora operacional decorrente da redução de receita e compressão de margens.

Resultado Líquido: o prejuízo líquido foi reduzido para R\$ 172,2 milhões, comparado a R\$ 1.154,7 milhões em 2024 (-85,1%). A melhora expressiva decorre principalmente do resultado financeiro mais favorável apresentado em 2025.

(R\$ MIL)	2025	% RL	2024	% RL	Δ % 25/24
Volume	1.608.718		2.108.896		-23,7%
Receita Líquida	4.094.770	100,0%	4.608.584	100,0%	-11,1%
CPV	(4.088.575)	-99,8%	(4.476.709)	-97,1%	-8,7%
Resultado Bruto	6.195	0,2%	131.875	2,9%	-95,3%
Fretes e Comissões	(70.787)	-1,7%	(119.944)	-2,6%	-41,0%
VG&A	(218.839)	-5,3%	(266.403)	-5,8%	-17,9%
Outras receitas operacionais, Líquidas	16.004	0,4%	1.633	0,0%	880,0%
EBITDA	(176.071)	-4,3%	(192.156)	-4,2%	-8,4%
Resultado Financeiro Líquido	204.180	5,0%	(769.902)	-16,7%	126,5%
Resultado Líquido	(172.242)	-4,2%	(1.154.741)	-25,1%	-85,1%

A variação cambial em 2025, foi positiva em R\$ 410,7 milhões, frente à de 2024 que foi negativa em R\$ 634,7 milhões. No período, a taxa de câmbio apresentou movimento relevante de apreciação do real frente ao dólar ao longo da maior parte do exercício. O câmbio encerrou 31/12/2025 em R\$ 5,50, comparado a R\$ 6,19 em 31/12/2024, representando valorização de 11,1% do real no período.



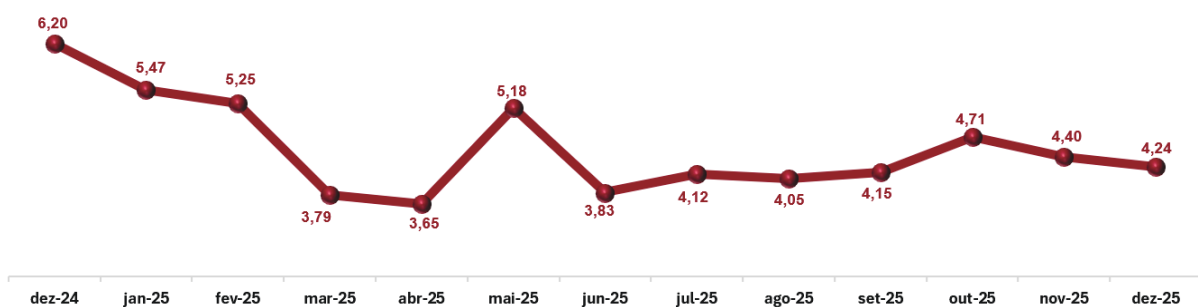
PERÍODO	TAXA DE CâMBIO	Δ
31/12/2024	6,19	
31/03/2025	5,74	-7,3 %
30/06/2025	5,46	-5,0 %
30/09/2025	5,32	-2,5 %
31/12/2025	5,50	+3,5 %

A trajetória foi marcada por forte apreciação no primeiro semestre (-7,3% no 1T25 e -5,0% no 2T25), manutenção do movimento no terceiro trimestre (-2,5%) e leve reversão no quarto trimestre (+3,5%).

Apesar da recuperação do dólar no final do ano, o real permaneceu significativamente valorizado em relação ao encerramento de 2024.

MERCADO DE CAPITAIS

As ações da Heringer são negociadas no Novo Mercado, segmento de mais elevado padrão de governança corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, desde abril de 2007 sob o código FHER3.



No consolidado do período, a cotação das ações apresentou retração em relação ao encerramento do exercício anterior. O papel passou de R\$ 6,20 em dezembro de 2024 para R\$ 4,24 em dezembro de 2025.



Ao longo do exercício, observou-se elevada volatilidade no primeiro semestre, com posterior estabilização das cotações na segunda metade do ano. Apesar das recuperações pontuais registradas ao longo de 2025, o desempenho anual refletiu, de forma agregada, a reprecificação do ativo ao longo do período.

Entre os principais fundamentos da Heringer destacam-se o relevante potencial de atuação em um mercado em expansão e altamente competitivo, o foco estratégico no atendimento ao varejo e o elevado reconhecimento de sua marca.

DIREITO DOS ACIONISTAS

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, após a compensação de prejuízos acumulados, se houver, e deduzido ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências ou reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia poderá manter reserva estatutária de lucros denominada “Reserva de Investimentos” que terá por fim financiar sua expansão. Tal reserva não poderá exceder a 80% do capital social subscrito e à qual serão atribuídos recursos não inferiores a 5% e não superiores a 75% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício após a distribuição de dividendos e constituição de reserva estatutária, se houver, terá a destinação a ser dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante que seria destinado a reserva de lucros - Incentivos fiscais, no valor de R\$ 2.062, foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados. Esses incentivos fiscais são utilizados para absorção de prejuízos acumulados desde 31 de dezembro de 2008.



	2008 a 2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
PSDI (i)	217.417	87	-	2.782	2.616	1.993	647	-	225.542
Desenvolve (ii)	17.405	1.499	4.741	9.606	2.794	2.507	522	2.062	41.136
Outros incentivos recebidos	6.685	-	-	-	-	-	-	-	6.685
	241.507	1.586	4.741	12.388	5.410	4.500	1.169	2.062	273.363

Benefício fiscal de redução de ICMS:

- (i) Concedido à Companhia em dezembro de 2003 por participar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Rosário do Catete - SE. O programa tem vencimento em 26 de dezembro de 2028.
- (ii) Concedido à Companhia em novembro de 2014 por participar do Programa Desenvolve - Governo do Estado da Bahia, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 90% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Candeias - BA. O programa tem vencimento em 31 de outubro de 2026.

Os benefícios são registrados diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta "Lucros acumulados" para "Reserva de lucros de incentivos fiscais". Essas reservas podem ser utilizadas apenas para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Na hipótese de absorção de prejuízos, o montante absorvido deve ser posteriormente restaurado, na própria conta da reserva, na medida em que houver lucros líquidos disponíveis, de modo a evitar possíveis contingências tributárias, pois essa reserva não pode ser distribuída aos sócios sob pena da perda dos benefícios. Não há saldo de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido pois há prejuízos acumulados.

RECURSOS HUMANOS

A Heringer atua em conformidade com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), e todos os colaboradores próprios são abrangidos por acordos de negociação coletiva, com exceção dos terceirizados e estagiários.

Em 31/12/2025, o quadro era composto por 853 colaboradores diretos, distribuídos em 830 empregados em geral, 3 estagiários e 20 aprendizes.

O salário dos empregados é calculado na forma da lei e sua remuneração é composta por salário base (nominal) e parcela variável, incluindo horas extras, adicional noturno, periculosidade e gratificações.

A política de benefícios é concedida aos colaboradores com o intuito de proporcionar-lhes segurança e bem-estar, tanto no ambiente interno quanto externo, e oferecer ferramentas de trabalho. São oferecidos aos empregados um pacote de benefícios, incluindo assistência médica, seguro de vida, previdência privada, alimentação, transporte, plano de remuneração variável, entre outros.



Relatório de Equidade – Lei nº 15.177/2025

Na Heringer, acreditamos que promover uma vida ativa e saudável também envolve construir uma cultura organizacional cada vez mais diversa e inclusiva — especialmente no que diz respeito à representatividade feminina em todos os níveis da Companhia. Esse compromisso está alinhado à Lei nº 15.177/2025 e reforça nossa convicção de que ambientes diversos são mais sustentáveis, inovadores e capazes de gerar valor no longo prazo.

Para avançar nessa agenda, a Companhia apresentará, ao longo do exercício de 2026, um plano de ação com o objetivo de promover um ambiente de trabalho mais plural, pautado no respeito, na equidade e no senso de pertencimento. Entre seus pilares, destaca-se o foco em gênero, com iniciativas direcionadas às mulheres.

- **Programa Empresa Cidadã:** apoio à parentalidade com licença maternidade e paternidade estendidas. Também garantimos o pagamento integral da PLR às colaboradoras em licença-maternidade, independentemente do período de afastamento.

- **Desenvolvimento de Carreira:** promovemos práticas estruturadas que garantem acesso igualitário às oportunidades de crescimento profissional, com critérios claros para movimentações, promoções e evolução salarial, baseados em desempenho e competências, além de incentivar a capacitação contínua e a transparência nos processos, assegurando um ambiente inclusivo e o desenvolvimento justo para todos os colaboradores.

- **Saúde e Bem-Estar da Mulher:** realizamos campanhas ao longo do ano, alinhadas aos meses temáticos, com foco na promoção da saúde física e mental das colaboradoras, por meio de palestras, ações de conscientização e iniciativas preventivas, reforçando o cuidado integral, o acolhimento e a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

A Heringer também realiza análises periódicas de sua estrutura organizacional e de remuneração com base em critérios objetivos, garantindo equidade, transparência e alinhamento às melhores práticas de mercado.

Seguimos comprometidos com a evolução contínua de nossas práticas para sermos sempre uma excelente empresa para as mulheres trabalharem.



A seguir, os indicadores de diversidade:

I – a quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da companhia:

COLABORADORES CONTRATADOS	2024			2025		
	TOTAL DE CONTRATAÇÕES	TOTAL DE MULHERES	PROPORÇÃO	TOTAL DE CONTRATAÇÕES	TOTAL DE MULHERES	PROPORÇÃO
Alta Liderança	3	0	0%	3	0	0%
Liderança	37	2	5%	30	10	33%
Profissionais	92	40	43%	51	34	67%
Operacionais	474	72	15%	442	55	12%
Total	606	114	19%	526	99	19%

II – a quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da companhia:

COLABORADORES EMPREGADOS	2024			2025		
	TOTAL DE EMPREGADOS	TOTAL DE MULHERES	PROPORÇÃO	TOTAL DE EMPREGADOS	TOTAL DE MULHERES	PROPORÇÃO
Alta Liderança	6	0	0%	9	0	0%
Liderança	143	20	14%	174	31	18%
Profissionais	253	107	42%	328	144	44%
Operacionais	1.191	130	11%	1.392	159	11%
Total	1.593	257	16%	1.903	334	18%

III – o demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia:

O quadro apresentado abaixo tem como base a remuneração fixa, variável e eventual de colaboradores do sexo masculino, em 100% em todas as categorias. Dessa forma, os percentuais exibidos na tabela representam exclusivamente a remuneração total feminina em relação a essa base masculina.

CLASSIFICAÇÃO	RELAÇÃO SALARIAL 2025
Alta Liderança	0%
Liderança	15%
Profissionais	71%
Operacionais	9%



CONCLUSÃO

A Administração da Fertilizantes Heringer expressa seus agradecimentos aos acionistas, clientes, fornecedores e colaboradores pela confiança e pelo apoio demonstrados à Companhia ao longo do exercício de 2025.

Não obstante os desafios observados em determinados segmentos da economia, o agronegócio brasileiro mantém-se em patamares historicamente elevados de produção, com expectativa de safra superior a 353 milhões de toneladas no presente ano, cenário que poderá contribuir favoravelmente para o desempenho da Companhia.

A Administração permanece confiante na continuidade do ciclo positivo do agronegócio brasileiro e na preservação de sua relevância estratégica para a economia nacional.

A Administração



FERTILIZANTES HERINGER S.A.
CNPJ/MF nº 22.266.175/0001-88
NIRE 32.3.0002794-6

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA NÃO ESTATUTÁRIO REFERENTE AO CICLO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Apresentação e Histórico

O Comitê de Auditoria Não Estatutário ("Comitê") da Fertilizantes Heringer S.A. ("Companhia") é um órgão não estatutário de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, de caráter permanente, submetido à legislação e à regulamentação aplicável, cuja instalação está prevista no artigo 19 do Estatuto Social da Companhia.

De acordo com a estrutura de governança da Companhia, evidenciada em seu Estatuto Social, políticas e regimentos internos, o Comitê reporta-se diretamente ao Conselho de Administração e atua com autonomia operacional e dotação orçamentária anual, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com o seu funcionamento e a eventual contratação de consultores para assuntos contábeis, jurídicos ou outros temas, quando necessária a opinião de um especialista externo ou independente. As suas competências e responsabilidades são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno.

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3" e "Novo Mercado", respectivamente) e com o Regimento Interno do Comitê de Auditoria Não Estatutário, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 31 de agosto de 2023, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Comitê foi composto pelos seguintes membros, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se a recondução para sucessivos mandatos, nos termos das leis e regulamentos aplicáveis e do Estatuto Social: José Roberto Lopes, Leomir Pereira dos Santos, Alexandre Yoiti Fujimoto, Flávio Cesar Maia Luz, John Alexander Harold Auton e Pedro Pereira de Sá.

1- Período de 01/01/2025 até 03/07/2025: srs. Flávio César Maia Luz, José Roberto Lopes, Alexandre Yoiti Fujimoto e Leomir Pereira dos Santos;

2- Período de 04/07/2025 até 02/09/2025: srs. Flávio César Maia Luz, José Roberto Lopes e Alexandre Yoiti Fujimoto;

3- Período de 03/09/2025 até 07/10/2025: srs. Flávio César Maia Luz, José Roberto Lopes e Fausto Pereira Goveia;

4- Período de 08/10/2025 até 29/12/2025: srs. Flávio César Maia Luz, José Roberto Lopes e John Alexander Harold Auton;

5- A partir de 30/12/2025: srs. Flávio César Maia Luz, John Alexander Harold Auton e Pedro Pereira de Sá;

Desde 06 de janeiro de 2026 os membros efetivos do Comitê são: Srs Flávio César Maia Luz (coordenador), John Alexander Harold Auton (especialista contábil e de auditoria independente) e Pedro Pereira de Sá (membro independente).

Funções, deveres e responsabilidades do comitê de auditoria não estatutário

Conforme artigo 3º de seu Regimento Interno, compete ao Comitê:

- (i) opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia;
- (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras, bem como acompanhar o orçamento anual e o orçamento de capital da Companhia;
- (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, em observância à Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia;
- (v) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas; e
- (vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de políticas, regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Relacionamento com os auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda. (“Auditores Independentes”) é a empresa responsável pela auditoria independente das demonstrações contábeis preparadas pela Administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, cujos exames são efetuados de acordo com as normas de auditoria vigentes. O relatório dos Auditores Independentes reflete o resultado de seus exames de auditoria conduzidos de acordo com as normas de auditoria e representa a sua opinião, em todos os aspectos relevantes, da posição patrimonial e financeira da Companhia, e o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Os Auditores Independentes são igualmente responsáveis pela revisão especial das Informações trimestrais (“ITRs”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 devidamente divulgadas ao mercado e à CVM conforme suas orientações e requerimentos legais.

Atividades exercidas pelo Comitê para o Ciclo das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Nos termos do artigo 11 do Regimento Interno do Comitê, suas reuniões ordinárias devem ser realizadas, no mínimo, trimestralmente, respeitando as Informações Trimestrais (ITRs). Neste sentido, os membros do Comitê se reuniram 8 (oito) vezes no período entre janeiro de 2025 a dezembro de 2025, além de reuniões realizadas entre janeiro e março de 2026 (“Período”).

Todos os assuntos, discussões, recomendações e pareceres do Comitê foram consignados em atas de reuniões, as quais foram assinadas pelos membros presentes do Comitê e permanecem arquivadas na sede da Companhia.

As principais atividades realizadas pelo Comitê no Período foram:

- (a) aprovação do cronograma de atividades do Comitê de Auditoria para o ciclo das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025;
- (b) recomendação de aprovação ao Conselho de Administração da Companhia acerca da contratação ou renovação da empresa de auditoria independente da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025;
- (c) apreciar a troca de consultoria prestadora de serviços de auditoria interna da Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025;
- (d) analisar as Informações Trimestrais (ITRs) relativas aos trimestres encerrados em 31 de março de 2025, 30 de junho de 2025 e 30 de setembro de 2025, discutir com os auditores independentes os

- procedimentos efetuados de revisão intermediárias e conclusões alcançadas, visando assim apreciar as mesmas para aprovação pelo Conselho de Administração e arquivamento na CVM;
- (e) analisar e discutir com a Administração os principais riscos mapeados pela Companhia, visando planejamento de mitigação dos mesmos na forma de procedimentos a serem executados em exames de auditoria interna (consultores terceirizados) e auditores independentes;
 - (f) discussão e análise: (i) dos principais controles internos da Companhia em ciclos operacionais críticos e ciclo de fechamento contábil e preparação dos relatórios financeiros, (ii) dos processos de estruturação internas de equipes de controles internos, (iii) da revisão de processos dos ciclos de Receitas, Créditos, Contas a Receber e Compras pela função terceirizada de auditoria interna e (iv) do status de remediação das deficiências identificadas pelos auditores independentes ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e comunicadas ao Comitê e Administração pela KPMG;
 - (g) discutir os exames de auditoria interna efetuados nos ciclos operacionais mais críticos da Companhia pelas empresas de consultoria prestadoras de serviços de auditoria interna para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como as conclusões alcançadas;
 - (h) analisar e apreciar o plano anual de auditoria independente apresentado pela KPMG Auditores Independentes Ltda. para o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025;
 - (i) discutir com a Administração a atualização de informações referentes às denúncias capturadas pelos diferentes canais de comunicação da Companhia, e a necessidade de investigações pela Companhia, quando aplicáveis;
 - (j) análise dos principais aspectos e impactos da Reforma Tributária para a Companhia em 31 de dezembro de 2025 e nos próximos exercícios fiscais;
 - (k) discussão com a Administração sobre a potencial adoção de política de hedge e instrumentos financeiros derivativos em 2026 visando minimizar a exposição a risco decorrente de variação cambial;
 - (l) status das principais contingências passivas da Companhia em ações judiciais que impactam as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025
 - (m) reuniões de *on boarding* de novos integrantes do Comitê durante o exercício;
 - (n) analisar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e discutir os exames de auditoria planejados e efetuados pela auditoria independente da Companhia visando entender a mitigação dos principais riscos de auditoria comunicados ao Comitê no plano anual de auditoria 2025 e as conclusões alcançadas
 - (o) aprovação da emissão do relatório anual resumido de atividades, análises e recomendação de aprovação ao Conselho de Administração da Companhia acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, examinadas pelos auditores independentes

Cumprir destacar que visando cumprir com as suas atribuições a supervisão das informações financeiras e dos controles internos da Companhia, houve quando aplicável:

- A participação da diretoria financeira, controladoria e jurídica nas reuniões realizadas pelo Comitê.
- A participação das empresas de consultoria especializadas em auditoria interna visando discutir os resultados dos exames de auditoria interna executados durante o ciclo anual.
- A participação dos auditores independentes KPMG em reuniões com o Comitê visando discutir o Plano Anual de Auditoria Independente, bem como a comunicação de suas conclusões para as revisões trimestrais e exame anual.

A atuação do Comitê esteve orientada pelo fortalecimento dos mecanismos de supervisão, transparência e conformidade, contribuindo para o assessoramento técnico ao Conselho de Administração e para o aprimoramento contínuo do ambiente de controles internos da Heringer.

Adicionalmente, em linha com as melhores práticas de governança e visando ao aprimoramento contínuo dos processos de governança e conformidade, o Comitê também analisou as denúncias registradas no Canal de Denúncias da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Recomendações do Comitê a Companhia em relação ao Ambiente de Controles Internos e sua Governança

Considerando as análises, estudos, discussões e melhorias identificadas ao longo das reuniões ocorridas em 2025, o Comitê recomenda aos Administradores da Companhia:

- avaliação da estrutura de área dedicada a implementação de controles internos e governança visando auxiliar a administração tática e operacional da Companhia no atingimento de suas metas com o devido balanceamento e mitigação dos riscos inerentes ao seu negócio e com foco contínuo na atualização, melhoria e monitoramento dos riscos da Heringer (“matriz de riscos periodicamente revisada;”
- implementação e aprimoramento contínuo de controles internos como foco em: (i) definição clara das “atividades de controles internos” relevantes de cada Diretoria/Gestor em relação aos processos críticos sob sua responsabilidade; (ii) definição dos procedimentos e prazo para execução e os responsáveis direto de cada item de controle; e
- ampliar o nível de treinamento integrado e multidisciplinar visando o desenvolvimento de seus colaboradores para a contínua reposição do quadro administrativo e operacional da Heringer.

Conclusões sobre o ciclo das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025

Os membros do Comitê de Auditoria não estatutário (“Comitê”) da Fertilizantes Heringer S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições, analisaram as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes (“KPMG Auditores Independentes Ltda.”) emitido sem ressalva e com paragrafo de ênfase, e o Relatório Anual da Administração (conjunto denominado “Demonstrações Financeiras”). Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, e com base nas análises efetuadas, o Comitê recomendou, por unanimidade, a manifestação favorável ao Conselho de Administração da Companhia em relação as referidas Demonstrações Financeiras.

Paulínia, 27 de março de 2026.

Flávio Cesar Maia Luz
Coordenador e membro efetivo

John Alexander Harold Auton
Membro Efetivo

Pedro Pereira de Sá
Membro Efetivo



FERTILIZANTES HERINGER S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 22.266.175/0001-88
NIRE 32.3.0002794-6

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA NÃO ESTATUTÁRIO

Os membros do Comitê de Auditoria não estatutário (“Comitê”) da Fertilizantes Heringer S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições, analisaram as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes (“KPMG Auditores Independentes Ltda.”) emitido sem ressalva e com ênfase sobre continuidade operacional, e o Relatório Anual da Administração (conjunto denominado “Demonstrações Financeiras”). Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, e com base nas análises efetuadas, o Comitê recomendou, por unanimidade, a manifestação favorável ao Conselho de Administração da Companhia em relação as referidas Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 27 de março de 2026.

Flávio Cesar Maia Luz
Coordenador e membro efetivo

John Alexander Harold Auton
Membro Efetivo

Pedro Pereira de Sá
Membro Efetivo



FERTILIZANTES HERINGER S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 22.266.175/0001-88
NIRE 32.3.0002794-6

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SOBRE
O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Na qualidade de Diretores da Fertilizantes Heringer S.A. (“Companhia”), declaramos nos termos do Art. 27, parágrafo 1º, itens V e VI, da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, que revimos, discutimos e concordamos com os termos das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório da Administração e do parecer dos auditores independentes da Companhia.

São Paulo, 27 de março de 2025.

Gustavo Oubinha Bareiro
Diretor Presidente

Vladislav Guz
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores